ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA ÀS 18H30MIN, NO DIA 18 DE JUNHO DE 2019, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020.

Aos dezoito dias do mês de junho, do ano de dois mil e dezenove, às 18h30min, a Comissão de Finanças de Orçamento, constituída no inciso II, do artigo 29 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, tendo como membros do ano Legislativo de 2019 os Vereadores: **Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa, Adriana Aparecida Félix, Armando Tavares dos Santos Neto,** sob a Presidência do primeiro. O Secretário Municipal de Finanças **William Sergio Maekawa Harada** não pode comparecer, representando a Secretaria de Finanças veio o **Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato** e o **Diretor de Departamento de Administração e Finanças Adalberto Aparecido B. de Souza.** Também estavam presentes os Vereadores: Adriana Aparecida Félix, César Diniz de Souza, David Ribeiro da Silva, Edson Rodrigues, Élio de Araújo, João Batista Pereira de Souza, Rolgaciano Fernandes Almeida e Valdir Ferreira da Silva, reunidos no Plenário Vereador Maurício Alves Braz. O **Presidente da Comissão – Vereador Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa** declara aberta a *Audiência Pública* que se refere ao Projeto de Lei nº 15/2019, que "*Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2020, e dá outras providências*". Em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, bem como a Lei Complementar Federal nº 131, de 27/05/2009, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal" e seu artigo 48, diz que a transparência será assegurada também mediante: **"Art. 48: *I – Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos*".** Boa noite senhores vereadores, público presente e imprensa. Aproveito para convidar para adentrar ao Plenário os senhores: José Heleno Secretário de Promoção Social de Santa Isabel, Sindicalista Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão) do Conselho Municipal de Saúde, Luciano Dávila presidente da Associação Comercial, Valdemir Taveira do PSDB, Derlan S. Santos Secretário Municipal de Itaquaquecetuba, Aparecida Cardoso da Silva (Cida) do Conselho Municipal de Saúde, Tadeu Amaral também do Conselho Municipal de Saúde, Edilson Pedreira (carioca) representante dos taxistas, ex-vereador Eli Félix Pires, que foi diretor dessa Casa de Leis e que conhece bastante de LDO. Eu convidar também o pessoal que está presente se quiser adentrar tem várias cadeiras aqui, por favor, adentrem também ao Plenário e fiquem à vontade. Esta Câmara Municipal visando analisar profundamente e estando no processo democrático propõe melhor adequação. Um estudo quanto às

metas e equilíbrio do planejamento financeiro e melhorias estruturais para essa administração pública municipal, atendendo melhor as necessidades de nossa população, declaro aberta essa audiência. Passo a palavra ao secretário adjunto municipal de finanças, Sérgio Ruiz Armiliato, para que faça o relato da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2020. Com a palavra o **Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato.** *"Nós estamos aqui, para apresentar a audiência pública da LDO, para o exercício de 2020.* Venho à presença desta Comissão de Finanças e Orçamento, senhores vereadores e demais representantes da municipalidade, expor sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020, na tentativa de propiciar aos senhores vereadores, subsídios na aprovação desta importante peça de planejamento municipal. O Projeto de LDO 2020 foi elaborado, buscando o equilíbrio das finanças públicas, o estabelecimento das metas da administração municipal, e a determinação dos resultados fiscais do município para o exercício de 2020. Os valores consignados neste projeto de lei são consistentes e foram definidos pela estimativa de arrecadação das receitas, calculadas de forma segura e conservadora, a preços de 2019 conforme demonstrado no quadro I (Cálculo das Receitas do Anexo de Metas Fiscais), assim apresentadas resumidamente:

Discriminação	Valores projetados para 2020
RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	142.709.000,00
Receita de Contribuições	33.595.000,00
Receita Patrimonial	21.565.000,00
Receita de Serviços	245.000,00
Receita de Transferências Correntes	484.371.000,00
Outras Receitas Correntes	22.594.000,00
(-) Dedução das Receitas Correntes (contrib. Fundeb)	50.181.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Transferências de Capital	14.156.000,00
	669.054.000,00

Dessa forma, a receita do Município para o exercício de 2020 está estimada no montante de R$ 669.054.000,00, não considerando aqui as receitas intra-orçamentárias, sendo Prefeitura Municipal R$ 629.800.000,00 e Instituto de Previdência R$ 39.254.000,00 – que será aplicada contemplando as ações necessárias para o funcionamento e atendimento aos limites legais da educação, saúde, promoção social, amortização da dívida, como também para o bom funcionamento dos serviços administrativos, e dos serviços públicos em geral, conforme demonstra o quadro II

(Cálculo das Despesas do Anexo de Metas Fiscais). Assim, as despesas para o exercício de 2020 têm previsão de R$ 657.054.000,00 – além da reserva para contingência no valor de R$ 12.000.000,00 para cobertura de passivos contingentes, que são os riscos possíveis para os quais não há forma de previsibilidade, sem considerar neste cálculo as despesas intra-orçamentárias, assim apresentadas sinteticamente:

Discriminação	Valores projetados para 2020
DESPESAS CORRENTES	
Pessoal e encargos sociais	351.401.000,00
Outras despesas correntes	245.260.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	54.696.000,00
Amortização da dívida	5.697.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Para cobertura de passivos contingentes	12.000.000,00
	669.054.000,00

ANEXO DE METAS FISCAIS. Observamos ao elaborarmos o Projeto de LDO, a dívida projetada para o final do exercício de 2020, com base nas dívidas existentes, respeitando os valores pactuados, atualizações, pagamentos, crescimento da dívida e quantidade de parcelas vincendas, conforme o quadro III (cálculo da dívida consolidada e do resultado nominal) no total de R$ 192.176.000,00, que subtraída das disponibilidades e haveres financeiros líquidos da dívida flutuante temos a dívida fiscal líquida de R$ 192.108.000,00. Cabe notar que a dívida está apresentada somente com valores da Administração Direta, não incluídos, os saldos do Instituto de Previdência, evitando assim distorções, já que os recursos do Instituto de Previdência não são passíveis de comprometimento com quaisquer pagamentos que não aqueles afetos ao RPPS. Adotamos como parâmetro para fins de cálculo a valores correntes, 3,94% para o exercício de 2020; 3,86% para o exercício de 2021 e 3,75% para o exercício de 2022, a título de inflação de acordo com o estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Nestes termos os quadros – receitas, despesas e dívidas, aqui apresentadas para demonstrar a consistência dos dados, deram suporte para o cálculo do Resultado Primário e Resultado Nominal, conforme Demonstrativo - 1 do Anexo de Metas Fiscais. O Resultado Primário no valor de (R$ 15.868.000,00) - valor constante, ou R$ (16.493.000,00) – valor corrente (com inflação), sendo receitas primárias (receita total

deduzidas às receitas financeiras) menos despesas primárias (despesa total deduzidas os encargos e amortização da dívida). De forma isolada, o Resultado Primário da Administração Direta, R$ 12.868.000,00 – valor constante, ou R$ 13.375.000,00 – valor corrente e da Administração Indireta (IPSMI) (R$ 28.736.000,00) valor constante ou (R$ 29.868.000,00) valor corrente. O Resultado Nominal no valor de R$ 5.697.000,00 – valor constante, ou R$ 5.921.000,00 – valor corrente (com inflação), que corresponde ao Resultado Primário acrescido das Receitas Financeiras. De forma isolada, o Resultado Nominal da Administração Direta, R$ 14.105.000,00 – valor constante ou R$ 14.660.000,00 – valor corrente e da Administração Indireta (IPSMI) (R$ 8.408.000,00) valor constante ou (R$ 8.739.000,00) valor corrente. Apresentamos também: O demonstrativo 2 do anexo de metas fiscais, "Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior", que mostra a comparação entre as metas fiscais previstas e as realizadas no exercício de 2018. O demonstrativo 3 do anexo de metas fiscais, "Metas Fiscais Atuais Comparadas Com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores" que apresenta uma comparação entre as metas pretendidas para o ano de 2020, 2021 e 2022 com as fixadas nos (LDO) três exercícios anteriores, 2017, 2018 e 2019. Apresentamos ainda: O demonstrativo 4 " Evolução do Patrimônio Líquido", que informa a evolução do patrimônio líquido do Município nos exercícios de 2018, 2017 e 2016 sendo respectivamente R$ 777.714.000,00; R$ 582.742.000,00 e R$ 504.381.000,00, exceto Regime Previdenciário para o qual estamos apresentando quadro distinto sendo R$ 59.339.000,00; R$ 52.795.000,00; e (-) R$ 214.697.000,00 respectivamente para 2018, 2017 e 2016. Ressaltamos aqui a inclusão das provisões matemáticas previdenciárias dos exercícios de 2018, 2017 e 2016 respectivamente de R$ 340.578.000,00; R$ 287.582.000,00 e R$ R$ 525.600.000,00. O demonstrativo 5 "Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos Com a Alienação de Ativos", que demonstra a destinação dada pelo Município aos recursos obtidos com alienação de ativos nos exercícios de 2018, 2017 e 2016 ; O demonstrativo 6 " Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS", que mostra os dados de receita e de despesa realizadas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 pelo regime próprio de previdência, sendo os resultados positivos respectivamente R$ 25.006.000,00; R$ 24.993.000,00 e R$ 31.838.000,00, bem como a projeção das receitas e despesas previdenciárias para o período de 2019 a 2093, avaliação atuarial efetuada com base nos dados de dezembro de 2018. O projeto de LDO 2020 tem previsão de renúncia de receita no montante de R$ 2.685.000,00 conforme demonstrativo 7 do anexo de metas fiscais; "Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita", evidenciando que o executivo concederá algumas isenções tributárias de interesse da municipalidade, para as quais apresenta formas de compensação, sem que causem alterações nos resultados das metas fiscais. Também demonstra que não há possibilidade de expansão das despesas de caráter continuado, conforme demonstrativo 8 do anexo de metas fiscais "Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado", considerando que as despesas de pessoal estão além do limite

desejado e provável aumento da dívida pública decorrente de futuros parcelamentos de débitos. ANEXO DE RISCOS FISCAIS. Consideramos, referente às demandas judiciais diversas, principalmente as trabalhistas que reclamam por reposição de perdas salariais advindas de planos econômicos. que no caso de sucumbência poderão afetar as contas públicas, como também possíveis frustrações na arrecadação da receita. O "Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências" demonstram esse risco e providências a ser tomada pelo executivo na hipótese de ocorrência. ANEXO DE METAS E PRIORIDADES. O projeto de LDO estabelece as metas e prioridades para o exercício de 2020 conforme especificadas no "Anexo de Metas e Prioridades", contemplando os programas e ações do Plano Plurianual, necessários para o atingimento das metas e objetivos pretendidos, assim distribuídos entre os órgãos da administração municipal, inclusas as despesas intra-orçamentárias.

ÓRGÃOS EXECUTORES

01-Câmara Municipal	15.625.000,00
02-Gabinete do Prefeito	4.010.000,00
03-Secretaria M. de Assuntos Jurídicos	5.120.000,00
04-Secretaria M. de Meio Ambiente	2.125.000,00
05-Secretaria M. de Administração e Modernização	12.030.000,00
06-Secretaria M. de Planejamento	3.020.000,00
07-Secretaria M. de Finanças	54.577.000,00
08-Secretaria M. Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	243.628.000,00
09-Secretaria M. de Esporte e Lazer	3.400.000,00
10-Secretaria M. de Saúde	115.115.000,00
11-Secretaria M. de Desenvolvimento Social	15.220.000,00
12-Secretaria M. de Serviços Urbanos	76.442.000,00
13-Secretaria M. de Políticas para Mulheres	450.000,00
14-Secretaria M. de Habitação	2.340.000,00
15-Secretaria M. de Receita	11.550.000,00
16-Instituto Previdência dos Serv.Públicos Municipais	91.473.000,00
17-Secretaria M. de Cultura	3.450.000,00
18-Secretaria M. de Governo	3.820.000,00
19-Secretaria M. de Segurança Urbana	16.390.000,00
20-Secretaria M. de Desenvolvimento Econômico	4.480.000,00
21-Secretaria M. de Transportes	16.520.000,00
23-Secretaria M. de Assuntos Institucionais	330.000,00
24-Secretaria M. de Obras	18.150.000,00
25-Secretaria M. de Abastecimento e Segurança Alimentar	1.605.000,00
26-Secretaria M. de Turismo	403.000,00
	721.273.000,00

Espero com esta exposição ter levado aos senhores vereadores o entendimento necessário para a aprovação desta peça de planejamento municipal e coloco-me à disposição para quaisquer outras informações que por ventura se façam necessárias. Essa **Presidência**, Vereador **Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa**: Franqueia a palavra aos *Senhores Vereadores para questionamento.* Com a palavra a **Vereadora Adriana Aparecida Félix.** *"Senhor secretário, boa noite a todos. Aqui no projeto de lei encaminhado a essa casa, o artigo 29 do projeto de lei, menciona que para efeito de comprovação dos limites constitucionais com saúde e educação, serão considerados despesas inscritas em restos a pagar em 2020, que foram pagas até trinta de novembro do ano subsequente. Desta forma, como o poder executivo pode fazer tal proposição, tendo em vista que a fiscalização do tribunal de contas deve ocorrer em meados do exercício seguinte, ou seja, antes do dia trinta de novembro? Ainda sobre essa questão, o poder executivo estima que haverá despesas de saúde e educação de 2020 a serem pagas até novembro de 2021?".* Responde o **Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato.** *"Boa noite a todos. Vereadora, no projeto está consignado que a despesa empenhada é liquidada até o final do exercício, valendo para aplicação em saúde até novembro do exercício seguinte. Isso é um artigo, uma precaução que o Município está tomando apesar do tribunal considerar que deve ser pago até março. Mas isso não invalida, que se você pagar, está aplicando em saúde e educação, está sendo pago dentro do exercício. Então, é uma forma do município se precaver. Pode ocorrer alguma coisa depois desse período, mas isso não invalida o que tenha sido aplicado, mesmo por que a aplicação se dá na verdade, quando você coloca à disposição da população, aquele serviço ou aquela conta, aquele livro ou aquele caderno. Se a população recebeu quando liquidou, já está aplicado, no meu ponto de vista. O pagamento, já é com o Tribunal de Contas. Essa que é a minha colocação".* Com a palavra o **Vereador Edson Rodrigues.** *"Senhor secretário. No programa 7005, sobre o processo desta Casa de Leis, processo legislativo, orçamento de 2019 foi R$ 16.025.280,00 (dezesseis milhões, vinte e cinco mil e duzentos e oitenta reais), e a previsão para 2020, é de R$15.625.000,00 (quinze milhões, seiscentos e vinte cinco mil reais). Por que o orçamento da Câmara reduziu, sendo que a receita prevista irá aumentar?".* Responde o **Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato.** *"A base legal é sempre em cima da receita corrente líquida. Então, aqui tudo é uma estimativa de um período. Nós estamos muito distantes de muitas coisas que poderão ocorrer na economia. Então, isso é nos limites e da forma que foi calculado, mas não será isso definitivo. Aí, eu aproveito para colocar: a Lei de Diretrizes, (a maioria aqui é conhecedora do assunto, eu vou apenas dizer para poder entrar no assunto). Nós estamos aqui propondo um pouco longe da execução efetiva, que será o orçamento. Tudo aqui foi feito em cima de regras, mas não é uma ação do governo em cima de alguma coisa para reduzir a receita, ou para reduzir a despesa da Câmara".* O **Senhor Presidente** franqueia a palavra ao **Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).**

"Vereador, o senhor está se referindo ao orçamento da Câmara?". Responde o **Ver. Edson Rodrigues.** *"Isso"*. Em resposta ao vereador Edson, responde o **Diretor de Departamento de Administração e Finanças Adalberto Aparecido B. de Souza.** *"Na verdade, nós estamos aqui colocando as ações que estão consignadas no PPA. Não quer dizer que vai ser esse o orçamento da Câmara. Estamos falando de uma LDO, que são diretrizes. Essas ações, esses valores, serão reavaliadas em setembro, quando fizermos a apresentação da Lei Orçamentária. Não quer dizer que vai ser esse orçamento"*. Com a palavra o **Vereador Edson Rodrigues.** *"Está bom, obrigado"*. O **Senhor Presidente** pergunta se tem mais algum vereador para fazer uso da palavra. Com a palavra **Vereador Élio de Araújo.** *"Boa noite a todos, obrigado a todos os presentes. É de grande valia a presença de todos vocês, até por que essa Lei de Diretrizes Orçamentárias é muito importante para o desenvolvimento do município. Obrigado mesmo pela presença de todos. Voltando aqui, senhor Sergio. No anexo de metas e prioridades existem diversas ações e consta aqui, meta zerada. Eu queria saber, por que ocorre isso? Essas metas zeradas aqui. É falha do executivo ou vão substituir?"*. Responde o **Diretor de Departamento de Administração e Finanças Adalberto Aparecido B. de Souza.** *"O senhor se refere ao anexo de prioridades? Essas ações não estão contempladas na LDO e provavelmente não serão contempladas na lei orçamentária. Foram talvez no exercício passado, poderá ser no exercício de 2021 e 2022, mas em 2020, o que está escrito nesse projeto, é que ela não será consignada na lei orçamentária"*. Questiona o **Vereador Élio de Araújo.** *"É que foi encaminhada pra nós, e é por isso que eu estou me referindo"*. Pela ordem se manifesta a **Vereadora Adriana Aparecida Félix.** *"Só pra eu entender então, senhor Adalberto: Onde está no anexo de prioridades, meta física zero, provavelmente lá na LOA, ela não virá contemplada. Isso foi só uma precaução, caso o Município queira. Então, por que então consta zero?"*. Responde o **Diretor de Departamento de Administração e Finanças Adalberto Aparecido B. de Souza.** *"Veja bem, nesse anexo não tem nada que não está contemplado, só tem aquelas que estarão contempladas. Não tem nada que está zerado neste anexo de metas e prioridades, eu desconheço isso"*. Argumenta a **Vereadora Adriana Aparecida Félix.** *"Na meta física tem aqui, vou falar: Programa 1009 é gestão do sistema de saúde. Objetivo: desenvolver a gestão do SUS no âmbito municipal. Órgão responsável principal: Secretaria Municipal de Saúde. O indicador, diz que a taxa de população coberta pela atenção básica hoje, índice mais recente, é 32,29% (trinta e dois vírgula vinte e nove por cento), a gestão quer ter o índice futuro em 2020, de 33% (trinta e três por cento). Com isso, ele vai executar algumas ações. A ação 2039 fala da manutenção dos serviços administrativos; aí lá fala: percentual meta física, zero. Despesa corrente:R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), despesa de capital: vinte mil, treze milhões zero vinte. Manutenção de serviços de nutrição e dietética: zero. Despesa corrente: trinta e cinco mil, total, trinta e cinco. Ouvidoria Auditoria, aí coloca lá: meta física, quatrocentos e oitenta registros efetuados, despesa*

corrente: R$ 20.000,00, é total vinte mil. Manutenção do Conselho de Saúde: 01, por que existe um Conselho, despesa corrente, R$ 20.000,00 (vinte mil reais). E aí, a meta física da manutenção dos serviços de Nutrição, não diz quantas pessoas, o que eu vou atender, como eu vou gastar esses treze milhões. É isso que eu acho que a gente entendeu, não é vereador?". O **Diretor de Departamento de Administração e Finanças Adalberto Aparecido B. de Souza** responde. *"Na verdade, você está falando do programa de gestão do Sistema de Saúde. Ele foi concebido em quatro anos, e a cada período partia-se para fazer a LDO e Orçamento. Voltando para a ação 2039, só dessa ação que é uma parte do todo desse programa, essa ação não está zerada, ela está contemplada com R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) de despesas correntes, mais R$ 20.000,00 (vinte mil reais) de despesa de capital. O que não está colocado aqui, são metas físicas por que é uma meta difícil de você avaliar. Por exemplo, serviços administrativos mantidos. Como você vai avaliar serviços administrativos mantidos? É... 100% (cem por cento)? Fica muito difícil de você avaliar, e colocar isso em números para cumprir ou não cumprir. Fica meio que falso. Então, nesses casos, a gente preferiu deixar zerado. Isso não quer dizer que não vai fazer o atendimento administrativo que a ação está pedindo".* Questiona o **Vereador Élio de Araújo.** *"Então se supõe que vai ter um efetivo administrativo e que o gasto seria esse? É isso que eu entendi, ou não? Por que não tem aqui o valor zero".* Responde o **Diretor de Departamento de Administração e Finanças Adalberto Aparecido B. de Souza.** *"Vai haver aplicação com essa ação, ou seja, manutenção com serviços administrativos dentro desse programa de gestão de sistema de saúde. A parte que está lá com o pessoal da administração da saúde, pra isso é que tem essa ação, e o atendimento para todos esses serviços administrativos, que é o que está mais importante aqui, está em R$13.020.000,00 (treze milhões e vinte mil de reais). A parte de meta física não está colocada aqui. Ela não é uma coisa assim muito fácil de você mensurar".* Pela ordem se manifesta o **Vereador Élio de Araújo.** *"Com relação ao programa 2002, eu gostaria de saber onde serão construídas e quando serão entregues as quarenta e cinco unidades de salas de aulas, mencionadas no programa 2002 que eu acabei de referir. Creches e pré-escolas de qualidade, elas custarão um milhão mesmo? Como foi feita essa estimativa de valor? No programa 2002, Sr. Adalberto, de que forma foi mensurado? Onde vão ser construída essas quarenta e cinco salas e de que forma?".* O **Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato** diz. *"Como a gente iniciou, a lei de diretrizes é uma obrigação legal em meio aos planejamentos, e ela vem, trazendo as demandas. Então como a gente já colocou várias vezes dessa forma. A Secretaria, nesse caso da educação, tem uma demanda. Então, essa demanda leva a uma necessidade de talvez, tamanho, quantidade e alunos para serem atendidos. Aqui, essa necessidade foi prevista mas ainda não está definida, pelo menos nessa peça de planejamento, em que local essa demanda será atendida. Todo esse exercício, a gente está percebendo aqui, que vai ser muito útil para a elaboração do orçamento. Aí sim,*

vai ser a parte final de execução de todas as ações, aplicações de recursos e atendimento das necessidades da população. Então, nessa parte, que eu volto a dizer só para podermos entrar num assunto assim dessa forma. Aqui tem muitas coisas de peças de planejamento genéricas, nós estamos mais num nível genérico. A partir do momento que entramos no orçamento, aí sim essa colaboração da Câmara com a população vai se aprofundar no orçamento. No orçamento sim nós vamos ter valores mais consistentes e vamos estar mais próximos de uma realidade de execução e assim poderão ser discutidos e propostos. Nós estaremos com mais detalhes e poderemos entrar nos detalhes técnicos do que cada vereador pretende esclarecer". Pergunta o **Vereador Élio de Araújo.** *"Só pra eu entender aqui então: se os contribuintes colaborarem com o Município, pode ser que não seja nem quarenta e cinco, pode ser que seja o dobro, noventa, é isso?".* Responde o **Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato.** *"Exatamente".* Questiona o **Vereador Élio de Araújo.** *"Pode ser também, que se o contribuinte não fizer sua parte, pode ser que não tenha esses quarenta e cinco? É isso que o senhor está querendo dizer?".* O **Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato** responde. *"Aí você tocou no ponto. Nós cumprimos uma formalidade legal. Nós temos que fazer um planejamento que seja transparente ao cidadão que contribui. Então nos dependemos de um lado, para que a estimativa se concretize, para que as propostas possam ser atendidas. Infelizmente, como já falamos de outras vezes e todos sentem isso, a economia precisa voltar para que Itaquá volte a fazer, como na outra audiência foi dito: se fazia mais. Então, talvez com essa crise amenizando, a gente possa fazer mais. Então, não seja só isso, se tivermos mais condições vamos ter que aplicar mais no ensino, mais na saúde, e a saúde é um caso à parte, ela sempre vai ter demandas à parte. Mas o ensino, que é do que estamos falando aqui, se tivermos maior arrecadação, vamos ter aplicação maior".* Pela ordem se manifesta o **Vereador Élio de Araújo.** *"Maravilha. Inclusive tem um projeto de lei que foi aprovado por unanimidade aqui, com relação a isso, para não protestar mais os contribuintes, e pode ser que isso melhore a nossa arrecadação, brincadeiras à parte. Dando continuidade aqui, Sérgio. Continuando ainda no programa 2012: Creches e escolas com qualidade, é mencionado aí, na ação 2054. Transportes de alunos da educação infantil, que são transportados 2.960 (dois mil novecentos e sessenta) alunos, a um custo de R$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil). Com que base foi feita essa estimativa? Quanto foi o gasto, só para mensurarmos e entendermos. Qual foi o gasto aí do ano passado com relação ao transporte? Por aqui tem uma estimativa de R$ 3.700.000,00 que estão sendo gastos transportando 2.960 alunos".* Responde o **Secretário Adjunto de Finanças Sérgio Ruiz Armiliato.** *"Como o Adalberto colocou aqui, só a parte do infantil, os valores são estimados, não serão esses, pois na hora da avaliação, tende-se a ser o mais conservador possível nos números. Por que se você distribuir isso de uma forma equivocada, acaba colocando em áreas que você não precise tanto, quanto outras. A questão de valores, elas só serão definidas mesmo, na*

hora de uma licitação. Então aí é que vai ser a definição do custo efetivo do transporte. Nós não temos aqui, como fazer essa comparação de valores, pois ele está genérico, então não temos o anterior como já foi estudado. Então, são diretrizes, mas os valores serão definidos no orçamento para despesa e em licitação no caso de contratação de mais ou de menos alunos e os seus trajetos. Eu sei que a gente sente aqui a necessidade dos detalhes, mas nós estamos limitados, e peço a paciência de todos, limitados à apresentação, mas sabemos que não podemos chegar naquilo que o cidadão quer: "eu quero o serviço público, onde vai ser, eu quero saber se estou de acordo e o que eu posso propor". É isso que estamos sentindo. Eu peço então essa consideração, pois estamos ainda um pouquinho ainda no nível de planejamento, e isso vai ser interessante, para na hora do orçamento fazer essas propostas talvez até em conjunto, para poder fazer a peça de uma forma menos sujeitas a modificações". O **Vereador Élio de Araújo** comenta. *"Então nós vamos torcer para que os munícipes contribuam para que tenhamos uma arrecadação de qualidade e que o poder executivo faça uma licitação com empresas que realmente tenham uma responsabilidade, um compromisso com a licitação".* O **Senhor Presidente** argumenta. *"Vereador Élio, só pra fazer um complemento pertinente à tua questão. Secretário, uma dúvida aqui em relação à questão do vereador Elinho: Hoje, no portal da transparência são gastos em torno de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) com o transporte escolar. Se eu fizer uma correlação com valor, são setenta ônibus. Eu não sei o número exato de quantos alunos estão sendo transportados. Mas eu fiz uma conta rápida aqui, o que dá em torno de R$ 104,00 (cento e quatro reais), por cada aluno, pra poder fazer a correlação. A minha dúvida é: se hoje se gasta R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) pra transportar os alunos que utilizam o transporte escolar municipal, como você faz uma projeção de gastar R$ 3.000.070,00 (três milhões e setenta reais)? Por que eu digo isso? Da seguinte forma: A correlação é a seguinte, se eu vou gastar menos, se eu já gasto mais, como eu faço uma projeção de gastar menos, se geralmente eu tenho uma pretensão de cumprir uma meta? Então é estranho, eu fico na dúvida em relação a isso ou eu não entendi direito?".* **O Secretário Adjunto** responde. *"Esse número, que está direcionado a essa pergunta, nesse quadro, ele é dividido em creches, infantil... Então como tem vários do ensino, eles estão distribuídos nos níveis de ensino".* O **Senhor Presidente** pergunta. *"No quadro inteiro, juntando todos, quanto que dá?"*. Responde **Secretário Adjunto.** *"A apresentação desse material, a gente já falou várias vezes, a gente segue uma orientação como todos os municípios e que é definida pelo tesouro nacional e nem sempre o planejamento é tão rápido, até pra te responder uma questão dessa. Então a gente segue isso e às vezes surgem dificuldades pra responder rapidamente esse quesito. Então realmente é uma formalidade internacional da contabilidade pública que somos obrigados a seguir".* Pela ordem se manifesta o **Vereador Élio de Araújo.** *"Vou encerrar com uma última pergunta que é de grande importância sobre a merenda escolar até por que o David fez um levantamento nas*

escolas e nós vamos falar e perguntar sobre a aprovação e qualidade da merenda. Vamos lá: No programa 2006, senhor Sérgio e senhor Alberto, a merenda escolar apresenta dois indicadores. Como foi mensurada essa taxa de aprovação da merenda e a taxa de evolução da qualidade da merenda? Eu pergunto ao senhor: o poder executivo dispõe de pesquisa feita com alunos e com pais de alunos, sobre a qualidade da merenda? O que será feito para esses indicadores melhorarem? Por que aqui fala o seguinte, olha que coisa interessante aqui: Aqui fala 92,37% (noventa e dois vírgula trinta e sete por cento por cento), e aí, pra melhorar para o próximo ano, e chegar a 97,57% (noventa e sete vírgula cinquenta e sete por cento) de aprovação. E agora, a minha estranheza: aí deve ser coisa de primeiro mundo, o senhor me desculpe aí. O senhor não tem nada a ver, mas eu gostaria que o senhor respondesse. Na qualidade da merenda diz o seguinte: que eles atendem uma qualidade, de segundo o poder executivo, 95,36% (noventa e cinco vírgula trinta e seis por cento), e quer chegar a uma excelência de 98,51% (noventa e oito vírgula cinqüenta e um por cento) de qualidade. Eu queria saber como é feito, por que tem na tabela 2006. Hoje quanto à merenda custa? O senhor desculpe, se não puder responder, fica tranqüilo, mas como está sendo apresentado pra nós, e como o senhor vê, eu gostaria que o senhor respondesse. Se o senhor não puder, não tem problema nenhum, é uma pergunta pertinente por que são os alunos do nosso município e chegar a 98,51% (noventa e oito vírgula cinqüenta e um por cento) de qualidade. O senhor me perdoa aí, se o senhor puder me responder, por gentileza". O **Secretário Adjunto** diz. *"Eu não vou responder a operação, eu não tenho realmente".* Questiona o **Vereador Élio de Araújo.** *"É que esse valor é muito alto, são R$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) se eu não me engano é isso ai".* Responde **Secretário Adjunto.** *"A produção desse material é feita com a colaboração das secretarias. Então as secretarias têm nutricionistas, tem o pessoal técnico e tem as informações necessárias para cumprirmos o requisito da peça orçamentária. Nós não entramos no mérito, vamos dizer assim: "olha, isso está um pouquinho fora da realidade", como o senhor conhece a realidade do município mais do que a gente; a gente fica fechado . Às vezes, o número é representativo, mas não alerta. Então essa informação vem da secretaria e eu não tenho a informação, como já conversamos de outra vezes, não tenho como aferir o número e também se tem uma pesquisa. Com certeza essa resposta será dada na hora do orçamento pois aí sim nós vamos ter que ter um representante da área, e o senhor vai perguntar: isso é, e como é. Nós vamos até colocar, que estamos trazendo as peças de planejamento da forma como vinhamos fazendo, (eu não, mas vim depois), mas como a prefeitura vem fazendo há alguns anos. E conversando aqui com os vereadores da comissão, nós temos que nos adequar para trazermos a informação. Como a gente tentou em uma conversa prévia: "olhe, isso é, não é, é dúvida e às vezes não é dúvida, é uma crítica que tem que ser de duas mãos. Então a proposta é: a prefeitura começar a se adequar à apresentação dos dados para que traga realmente a informação necessária para que não cause uma*

dificuldade na hora da discussão". O **Vereador Élio de Araújo** agradece. Pela ordem se manifesta a **Vereadora Adriana Aparecida Félix.** *"Secretário, então vamos ver pra eu poder entender. Essa peça, a LDO, é um planejamento. Então, eu estou fazendo um planejamento para que depois venha um orçamento. Quem fez o planejamento então, como o senhor falou, foram às secretarias. Então acho que a comissão, senhor presidente, deveria constar em ata que essa apresentação então tem que vir antes . Por que como eu faço um planejamento de uma coisa que os números eu não consigo entender ou prever? Eu preciso entender, aqui no caso, eu preciso ter o número pelo menos aproximado para que eu possa fazer um planejamento. Por que senão, me desculpe, a nossa cidade tem esse problema: nós não planejamos direito, não gastamos direito e estamos com necessidades de tudo. Então eu entendo, pelo que estou observando, que o senhor não consegue nos informar como esses números foram colocados nesses anexos para que possamos fazer uma leitura melhor na questão do projeto de lei que aqui está. Esse eu acredito que é um dos mais importantes para a votação; estou destinando a questão para 2020, eu vou dizer quais são os meus projetos, quais são meus indicadores, quais são as minhas ações e eu não tenho o valor certo, eu não tenho qual é a meta, quanto que eu vou atender. Então assim fica complicado pra gente. Acho que daqui da comissão poderia sair um documento para que as próximas venham com antecedência feitas pelos secretários e que eles então venham. Por que a Lei de Responsabilidade fiscal, ela já fala. Nessa apresentação de hoje, estamos fazendo a discussão do plano. A elaboração do plano tem que ser feita por audiência nos bairros, para as pessoas participarem e as pessoas poderem dar suas opiniões. Por que às vezes eu planejo aqui pra 2020 a construção de duas unidades, mas a população não quer a construção dessas duas unidades. Então na verdade nós estamos debatendo uma situação que pelo que estou entendendo que o senhor está expondo, ela já está determinada através do PPA. Foi lá o PPA, programou-se: "pra 2020 eu vou realizar isso". Mas o senhor não está conseguindo passar para nós, para entendermos. Aqui por exemplo: a taxa de aprovação da merenda como o senhor acabou de falar, ela está num índice de 92% de aprovação e vai chegar a 97% com a ação da administração da merenda escolar. Qual é essa ação? Eu vou atender 44.807 alunos e vou gastar R$ 21.800.000,00, mas esse ano eu já gastei a mais. Então o que vai acontecer? Vai acontecer aqueles suplementos, vai ficar suplementando, tirando de uma secretaria e colocando na outra. Então quer dizer que o meu planejamento não está correto. Então o erro é nosso aqui. Por que não estamos fazendo o planejamento correto. Obrigada".* O **Diretor de Departamento de Administração e Finanças Adalberto Aparecido B. de Souza** argumenta. *"Vereadora, eu só queria fazer uma colocação quanto a esses indicadores. Esses indicadores não estão sendo consignados agora. Isso foi consignado lá no PPA. Já tivemos oportunidade de discutir lá atrás. Os dados foram pinçados, são os mesmos, não alteraram nada, só pra colocação".* A **Vereadora Adriana Aparecida Félix**

questiona. *"Senhor Adalberto, quando foi feito o PPA, (até me esclarece),quando foi feito o PPA, tinha lá os índices, e aí o Município através dos anos, ele vai ou dependendo do índice eu tenho que diminuir, ou dependendo do índice eu tenho que aumentar. Por exemplo: aprovação da merenda escolar eu tenho que aumentar, que todos os alunos deverão aumentar, então assim: não é aqui que nós estamos decidindo em que ação nós vamos aumentar esse índice? Esse indicador?"*. Responde o **Diretor de Finanças.** *"Não, Esses indicadores estão lá para quatro anos. Pretendia-se com esse programa, chegar ao ano seguinte, 2019, como foi consignado lá no orçamento, na LDO 2020 é o que está aqui, 2021 está tudo colocado no PPA , que foi discutido em 2017. Nesse caso aqui, especificamente, não houve nenhuma alteração, é o mesmo que está lá. Então o que eu digo é o seguinte: o momento pra discutir indicador e ações de um programa que vai fazer acontecer, era lá. Aqui seria fazer alguma coisa, alguma melhoria, ou remendo, uma alteração"*. Argumenta a **Vereadora Adriana Aparecida Félix.** *"Eu não entendo isso não, eu entendo que aqui o PPA , ele vai me dar uma posição dos meus quatro anos de gestão, ou seja de 2018 até 2021. Eu vou pegar lá o que eu pensei fazer o que seria o meu plano de governo, quando o prefeito faz o plano de governo, ele transfere para o PPA, e depois o PPA, ele começa há trabalhar os anos. Aí eu tenho planejamento para 2018, planejamento para 2019, e hoje nós estamos discutindo o planejamento para 2020"*. Responde o **Diretor de Finanças.** *"Eu sei , eu estou dizendo pra senhora, que este indicador não é de agora, ele já foi colocado lá e é o mesmo indicador, não alterou esse aqui"*.O **Senhor Presidente** comenta. *"Mas senhor Adalberto, uma curiosidade: a LDO, não é exatamente pra isso, para criar uma diretriz? Eu faço um planejamento e talvez o mundo fosse perfeito há três ou quatro anos atrás . Então eu planejo, eu quero chegar ao final da gestão com esse perfil e com esses indicadores, e eu venho todos os anos ajustando isso com a lei de diretrizes, mexendo o indicador pra cima, pra baixo, até onde eu quero chegar. Aí eu chego o mais próximo disso quando eu planejei algo com a lei orçamentária, que é exatamente o que eu tenho de capital e vou executar. Quando o senhor me diz que esses indicadores são lá de trás, eu chego a pensar que não está existindo nenhum planejamento anual. O que está sendo feito talvez, é que já estivéssemos acostumados todos os anos: simplesmente vir para essa casa de leis, colocar aqui, e o pessoal vota e aprova. E o que nós estamos fazendo hoje aqui é discutir o que não era feito, e talvez por isso nós estejamos descobrindo aqui que todos os anos o que é votado é o que está lá atrás. Então tudo que é mudado, tudo que é alterado, é feito com planejamento lá de trás, ou seja, não existe um planejamento anual. Eu acho que 2020 é muito diferente de 2016, de 2017. Então de verdade senhor Adalberto, eu estou muito incomodado com isso, acho que a população também não sabia disso, assim como eu de verdade, por que eu entendo que a LDO é pra que eu crie a diretriz, então eu avalio. Agora, se o senhor está me dizendo, e eu consegui captar aqui, que o que a gestão faz (e isso eu já ouvi de outras pessoas e nunca quis acreditar e estou percebendo agora), que é basicamente*

um "copia e cola", o planejamento não existe". Comenta o **Diretor de Finanças.** *"Não quero dizer que isso não possa ser mudado, pelo contrário, deve ser alterado sempre que for constatado que deve haver alteração. O que eu estou querendo dizer é que esse indicador não é de agora que está sendo colocado. Pode ser que lá atrás ele tenha sido concebido de forma errada. Mas ele foi colocado pra quatro anos, mas já foi consignado, tal ano vai ser assim, e todos os anos foram colocados. Não foram alterados agora. Ele pode ter sido mal colocado, mal planejado no PPA. Nós podemos alterá-lo sempre que se constate que há algo pra ser alterado".* O **Senhor Presidente** fala. *"Então, são os indicadores aqui, que o fato de não bater são indícios suficientes para que tenha que ser alterado e corrigido. Quer um exemplo? Eu vou ler uma pergunta que nós tiramos: Segundo o programa 3006 de gestão do sistema cultural do município, a praça (todo mundo lembra da história da praça ai, não é?), a praça Padre João Alves será reformada ao custo de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Vocês ouviram a pergunta? A praça está aqui no programa 3006. Isso bate exatamente com o que eu estou dizendo pra vocês. Talvez foi feito um planejamento lá atrás e nunca foi corrigido. Essa praça não é a mesma que tem uma placa enorme lá, que foi gasto R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) pra reforma, e que não foi entregue até hoje? Aí eu me pergunto: como eu vou melhorar a cultura de um município, reformando uma praça com R$ 100.000,00 (cem mil reais), se o projeto, até pouco tempo atrás foi gasto R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)? Então, tem algum indicador errado aí, tem coisa errada".* O **Diretor de Finanças** relata. *"Vereador, o quer dizer aqui, é o seguinte: para 2020 está consignado R$ 100.000,00 (cem mil reais). Mas o que aconteceu em 2018 e 2019, foram outras coisas. Já gastou um milhão e pouco, e ainda não acabou, lá tem coisa pra se fazer ainda. Poderá vir ainda mais alguma coisa que tem perspectiva de arrecadar pra continuar, e aí nós não vamos dizer que não tenha ação pra colocar essa despesa. Já está consignada e mesmo até com previsão".* Questiona o **Senhor Presidente.** *"Mas a reforma da praça era verba do governo federal, estadual, desculpa. A reforma da praça, era verba do governo estadual, R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), está lá na placa, afixada lá. Estou dizendo isso pra demonstrar minha indignação quanto a essa questão, mas eu acho sinceramente, eu vou abrir para que outras pessoas façam perguntas, mas eu acho que não tem muito que perguntar por que ficou claro aqui que os indicadores são de anos atrás".* A **Vereadora Adriana Aparecida Félix** comenta. *"Eu queria fazer uma proposta. Será que não seria viável encaminharmos os questionamentos? Colheríamos os questionamentos de todos, e aquilo que a gestão não conseguir, encaminharíamos, por que como vamos votar um projeto no dia vinte e cinco sem termos as condições mínimas? Pois estamos aqui nessa comissão desde que esse projeto veio; tivemos aulas, fomos a São Paulo, procuramos técnicos para estar nos orientando e não conseguimos ter essas informações até para analisar esse projeto de lei (acho que foi o senhor que*

falou), ele está aqui na casa, e nós, pra fazermos as emendas, as alterações, precisamos dessas informações aqui, para que possamos ter certeza e fazer um planejamento, pelo menos esse ano, que seja um planejamento um pouco mais adequado. Essa história que a gente fez errado, fez errado, e continuar? Vamos parar com isso. Nós precisamos agora fazer um novo planejamento. Eu acho que essa casa nunca se opôs a fazer nada junto com o executivo, eu acho que planejar o que é melhor para o município, o executivo e o legislativo têm que discutir. E isso, infelizmente eu tenho alguns questionamentos que eu já vi que não vai adiantar eu perguntar sobre a questão da saúde, que infelizmente o senhor não vai conseguir, pois na verdade vocês cuidam dos números. Então para entendermos pra onde vão os números, eu tenho que entender onde eu vou gastar. Então, pra fazer esse planejamento, não sei se seria viável encaminharmos os questionamentos de todas as pessoas que estão aqui. Faríamos todos os questionamentos, encaminharíamos para a prefeitura no máximo amanhã, por que nós temos prazo para tudo isso, e segunda feira o município nos encaminharia o parecer. Aí quem sabe a gente consegue entender um pouco melhor. Está certo? Obrigada". O **Senhor Presidente** diz. *"Exatamente, por que para votar, a gente precisa saber no que está votando. Então a gente tem que parar com isso. Se é planejamento, tem que ser planejamento de verdade. Vereador David Neto".* Pela ordem se manifesta o **Vereador David Ribeiro da Silva.** *"Eu também queria fazer uma pergunta aqui, mas eu estou vendo... Primeiramente eu gostaria de falar para o senhor Sérgio e para o senhor Adalberto que o questionamento não tem nada a ver com vocês. Mas como vocês vieram aqui, e estão respondendo pelo executivo, nós temos que questionar, por que a semana que vem, conforme a vereadora Adriana falou, nós estamos pra votar essa lei e como é que a gente vai votar um negócio que a gente não sabe? Por exemplo, eu tenho um questionamento aqui, (eu sou assistente social) no programa de proteção social básico cujo valor é de R$ 4.770.000,00 (quatro milhões, setecentos e setenta mil reais), está mencionado no Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Porém o índice mais recente, que consta no anexo é 0,71% (zero vírgula setenta e um por cento). O índice futuro para 2020, também é de 0,71. Com isso a gente pergunta: como pode o executivo investir mais de quatro milhões de dinheiro nessa área e não vai ter acréscimo nenhum, aí fica a pergunta: investir 4.770.000,00 (quatro milhões, setecentos e setenta mil reais) e vai manter o mesmo índice? E aí a gente sabe que o problema não é de vocês dois, deveriam estar todos os secretários aqui pra tentar responder nossas perguntas. Por que se a gente não está entendendo, imaginem a população. A gente fica nessa situação por que é muita responsabilidade votar a LDO sem saber o que a gente está votando".* O **Diretor de Finanças** responde. *"Acredito que o que a secretaria propôs, nesse caso, é pelo menos manter esse status. Não abaixar o IDH, se não me engano. Pelo menos conseguir manter, que não é uma coisa tão fácil. Acho que é essa a intenção da secretaria quando colocou nesse termos, gastando os quatro milhões e ainda assim não se vai melhorar o indicador que no*

Brasil todo está baixo. Eu acho que foi essa a intenção da secretaria". Pela ordem se manifesta o **Vereador César Diniz de Sousa.** *"Boa noite a todos, vereadores, público presente e secretário Sergio, Diretor Adalberto. Tenho três perguntas para fazer referente ao programa 3007 Esporte, Lazer e Qualidade de Vida. Primeira pergunta: Consta na ação 1028 a implantação de dois núcleos de esportes, onde serão gastos R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Segunda pergunta: Na ação 2109 há uma programação de eventos no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para sessenta apresentações de eventos esportivos. Pergunta: Vai contemplar todas as modalidades esportivas? Terceira pergunta: ação 2111. Será feita a reforma de um núcleo esportivo no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e eu pergunto qual núcleo será reformado? O ginásio ou o CEME?".* Responde **Secretário Adjunto.** *"Eu entendo a necessidade de esclarecimento conforme os vereadores estão colocando; é uma forma de trabalho, e eu concordo com isso. Aqui nós temos um material que veio da secretaria de esportes e nós não temos o detalhamento de qual seria o CEME, dessa última pergunta, da reforma. Então na hora de fazer o detalhamento nós poderíamos ter onde será destinado o recurso, se como o nobre vereador colocou, se a gente conseguir manter o custeio do Município. A situação é um pouco difícil, é como na economia doméstica: Aquilo que você tende a melhorar as propostas, eles estão contemplados aqui, por que têm uma intenção, mas não que esse recurso esteja guardado em uma gaveta e pode ser utilizado para outra coisa. Os municípios em geral estão tentando manter o custeio, que é digamos assim, drástica, que o custo aumenta, a gasolina, a energia elétrica, a água, têm evolução funcional. Isso tudo representa um crescimento vegetativo da despesa. Sem nenhuma ação direta, nenhum documento determinado, o custo vai aumentando. A inflação, vai acompanhar, mas nem sempre a receita cresce da mesma forma, por isso a gente tem a desvalorização. Eu sei que não é a resposta detalhada como o vereador precisa, mas não temos o detalhamento da operação".* O **Vereador César Diniz de Sousa.** *"É muito notório saber que a receita, praticamente no nosso município, está comprometida com vários contratos. Então secretário, o que acontece e o porquê da pergunta. O Esporte, Lazer e Qualidade de Vida é de suma importância para a nossa população e você sabe muito bem disso. Esperamos uma resposta mais completa futuramente, se o senhor puder futuramente nos mandar para essa Casa de Leis, se possível ainda segunda feira para que nós possamos votar na LDO mais seguros, entendeu? Por que uma vez hoje o que acontece é o nosso ginásio de esportes abandonado sem alvará de funcionamento. Isso é uma vergonha. Obrigado".* Pela ordem se manifesta o **Vereador Valdir Ferreira da Silva.** *"Boa noite a todos. Gostaria de star falando com vocês, como a vereadora Adriana diz, vocês vieram aqui para falar de números. Na verdade, eu acho que deveriam estar presentes os secretários, como quando nós os havíamos convocado antes e infelizmente eles não compareceram; nenhum. Eu acho isso um desrespeito a essa casa de leis, falta de respeito com os vereadores, entendeu, por que quando a gente os convoca para*

virem aqui, é para darem explicações sobre a cidade, sobre os acontecimentos, para a gente dar resposta para a população, as que eles nos cobram tanto lá fora, por que o nosso dever é fiscalizar e legislar entendeu? E a gente sabe que a saúde, a educação e a segurança são primordiais, entendeu? E eu quero fazer uma pergunta pra você sobre o programa 5002, da Cidade Bonita, que na verdade deveria chamar-se cidade feia, por que realmente a cidade está escura, e como vereador Pelé diz, a iluminação só clareia o pé do poste, e a gente sabe que talvez se tivéssemos feito a troca, como o prefeito prometeu lá atrás, tem verba, e ele não investiu em iluminação, talvez gastaria menos para estar fazendo a manutenção, por que o programa diz: Cidade Bonita, estima que serão gastos R$ 7.000.000,00 ,com manutenção de pontos de iluminação, gostaria de saber quais foram os estudos para definir este valor". O **Secretário Adjunto** responde. *"Esse assunto de iluminação pública é um trabalho novo no município. Quando isso era responsabilidade da Bandeirante, eles tinham a capacidade e é o negócio deles. Quando a iluminação veio para que o município cuidasse mesmo, veio como um trabalho muito técnico e recente. Existem muitos municípios também trabalhando nisso. Esses dados foram fornecidos dentro de um programa, por que Bandeirante tem uma tecnologia e dados atualizados sobre o que passou do parque ao município. Muitos deles já não continham, digamos assim, a demanda da população. Então com a mudança da iluminação ao Município, foi um transtorno muito grande. O Município tem alguns serviços, que sim, a educação, a saúde, já estão muito bem afinados. A iluminação pública é uma técnica.* Neste momento um contribuinte faz um questionamento sobre a iluminação pública ao secretário adjunto. O **Secretário Adjunto** responde. *"A pauta da audiência pública que nós trouxemos aqui, nós técnicos temos limites em atender as necessidades da população nesse momento, eu entendo e acho que... Eu não ouvi, desculpe. O que eu estou entendendo, é que serviu a audiência pública para uma reivindicação bem ampla de atividades municipais. Algum cidadão diz: "olha eu tenho esse problema", e uma senhora quer informações. Só que essas informações elas são por exemplo: ela quer saber da iluminação, e o engenheiro vai te dar a informação correta. Nós estamos aqui propostos a apresentação técnica. Os vereadores estão apresentando uma outra forma de trabalho para poder absorver essa informação ou buscar a informação, e como eu coloquei, nós viemos com essa formatação em Itaquá já a algum tempo; agora esta havendo algumas modificações úteis".*O **Senhor Presidente** faz um comentário. *"Só para deixar registrado aqui, nós vamos fazer a convocação para que também nas próximas, a partir de agora, quando for ter audiência pública, todo secretário seja obrigado a vir, pra não ficar: "Ah isso aqui quem cuida é aquele ali, esse quem cuida é aquele ali", e ninguém responde. Então pra poder atender nós vamos convocar todo o secretariado a partir de agora. Pessoal, vamos fazer o seguinte: O vereador vai concluir a pergunta dele e eu vou abrir a tribuna pra vocês fazerem o questionamento de vocês".* Pela ordem se manifesta o **Vereador Valdir Ferreira da Silva.** *"Dando continuidade, no programa 4002, Gestão*

de Políticas para Mulheres, consta só uma ação no valor de R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), mas a meta de mulheres atendidas, será zero. Quantas mulheres de fato serão atendidas? **O Secretário Adjunto** comenta. *"Eu estou seguindo a pauta e não tenho mais informações, você me desculpe à insatisfação. Eu peço desculpa pela indignação. Talvez o que a gente faça aqui, não seja diretamente o que você precisa, e da mesma forma peço desculpa".* Pela ordem se manifesta o **Vereador Armando Tavares dos Santos Neto.** *"Você vai concluir, Valdir?".* Com a palavra o **Vereador Valdir Ferreira da Silva.** *"Eu fiz uma pergunta e não foi respondida".* Relata o **Vereador Armando Tavares dos Santos Neto.** *"É como ele explicou".* Questiona o **Vereador Valdir Ferreira da Silva.** *"Tudo bem, sem resposta".*O **Senhor Presidente** comenta. *"Precisamos ter isso registrado em Ata".* Pela ordem se manifesta o **Vereador Armando Tavares dos Santos Neto.** *"Senhor Adalberto, senhor Sérgio, não vou fazer nenhuma pergunta aos senhores e entendo seus posicionamentos e situações que é um grau financeiro, e que é de muitos anos. Só queria deixar um recado para os senhores levarem para o senhor Mamoru Nakashima e ao senhor Willian Harada que é o secretário de finanças, que venham explicar para a população, pois às vezes a população se exalta com razão, e que também é uma indignação minha, pois desde o começo eu venho vendo as mazelas, e só explicar a eles o seguinte: A vida inteira, Itaquaquecetuba teve uma Câmara assistencialista, por anos e anos. E essas coisas não eram de suma importância serem discutidas. Então para vocês não pegarem esse abacaxi que jogaram em suas mãos, falem com o prefeito, pois o prefeito ficou seis anos acostumado a aprovar o que ele queria e ninguém fazia nada, que agora não, agora tem vereador de verdade aqui na câmara; que tem um G-10 que veio para fazer a mudança. Quando ele for fazer alguma coisa, realmente são funções diferentes, então, que ele prepare uma coisa juntamente com o secretariado, senão não vão ser aprovadas as coisas aqui. Obrigado".*Pela ordem se manifesta o **Vereador João Batista Pereira de Souza.** *"Eu só queria fazer uma pergunta, a gente entende que só o secretário de finanças não consegue responder sobre saúde, esportes, o secretariado inteiro tinha que estar aí. Só uma questãozinha aqui: esses R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) que vão para o gabinete, é pra gastar com o que? Só no gabinete do prefeito? Quatro milhões, quatro milhões e pouco".* Responde o **Secretário Adjunto.** *"Isso é o custeio do gabinete. Então é a parte administrativa, parte de previdência dos servidores. É todo o custeio, digamos assim, a secretaria, o funcionamento dela. Não sei se eu esclareci vereador, é o custeio, é o funcionamento do gabinete com as ações que o gabinete tem: funcionário, previdência dos funcionários, é o funcionamento dele".* O **Vereador João Batista Pereira de Souza** agradece. Pela ordem se manifesta o **Vereador David Ribeiro da Silva.** *"Vou fazer uma pergunta até pra poder abrir ao público: No programa 5005 do programa de habitação de interesse social, aqui diz que o déficit habitacional é de 28% (vinte e oito por cento), e vocês pretendem chegar a 25% (vinte e cinco por cento). Na ação 1041, tem R$ 120.000,00*

(cento e vinte mil reais), que estão previstos que serão para gastar no estudo de projeto para quinze moradias. Na ação 1045, estão previstos R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), com melhorias para quarenta habitações. Dá construir umas duzentas habitações. Mas vamos lá, minha pergunta... Aí vem a ação 1187, vem mais R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), que estão previstos para demolição de oito moradias, e na ação 2185 estão previstos R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para serviços administrativos zero. Então, está dando um total de R$ 2.320.000,00) (dois milhões, trezentos e vinte mil reais), nessa parte da habitação, mas não ficou claro por que está aqui, serviço administrativo mantido percentual zero, mas vai gastar um milhão e duzentos. Então, não estou conseguindo entender isso aqui". O **Secretário Adjunto** responde. *"Nessa formatação, todos os serviços administrativos trabalham para um fim, eles dão suporte àquelas outras atividades ou necessidades. E quando se criou isso aqui, ficou muito difícil no serviço administrativo trazê-lo como uma forma de execução. O que ele executa? Ele não executa nada e entrega à população, mas ele dá suporte, mas pela forma de orçamento, de planejamento, ele tem que ser uma ação para poder ter lançamento de despesa. Então, é muito difícil no serviço administrativo. Se fosse por exemplo no serviço administrativo de atendimento ao cidadão, um CIC, alguma coisa assim, você teria ele como um produto direto, aí você poderia ter metas de querer atender mais, atender melhor. Nessas secretarias, todas as secretarias, têm manutenção de serviços administrativos. Aí tem pessoal, tem os encargos, então é difícil você ter uma meta. Você não pode colocar algo que você não possa cumprir. Como você vai medir uma atividade meio? Por isso que na maioria dos serviços administrativos, ela está no zero. Com relação ao detalhamento, (peço a paciência mesmo) o detalhamento aqui, em habitação, o município dá suporte a programas de outros entes da federação. Então, por exemplo, quando você vai pedir um recurso a algum órgão de habitação, eles necessitam de alguns requisitos, estudos, cadastro, regularização fundiária, tem algumas atividades que o município faz, ela não entrega diretamente ao cidadão uma casa própria. Então normalmente vêm recursos da Cidade Legal, não sei se é esse o nome, e o governo do estado tem uma parceria, não é parceria, é um convênio com o município. Então se faz a infraestrutura, se posso dizer assim desse trabalho, e aí vem o Estado fazer a outra parte, como desapropriação e construção. Então esses índices estão vinculados a alguns projetos que se pretende conseguir recursos de outros itens".* Questiona o **Vereador David Ribeiro da Silva.** *"Veja se consegue me explicar, e se não conseguir, não tem problema, como que pretende com esses dois milhões trezentos e vinte, abaixar o déficit habitacional de 28%, para 25%. Eu acredito que em cima disso, houve um planejamento, e aqui está dizendo que quarenta casas vão ser demolidas, e apenas quinze casas serão construídas. Como que percebo, nunca foi construída uma casa aqui no município. Eu não sei se essa parte técnica, o senhor pode me responder, por que aqui está colocado que vai baixar o déficit habitacional de 28%, para 25%".* O **Secretário Adjunto** relata.

"Essa, eu não posso atestar, mas por dedução esse quarenta pode ser um bloco de quantidade, pode ser um prédio ou algumas habitações. Então, eu não tenho esse detalhamento para aferir, "não, quarenta é muito ou pouco", como num outro caso de detalhes. Peço paciência por não desdobrar o assunto, não sei se foi possível". Comenta o **Vereador David Ribeiro da Silva.** *"Agradeço, e queria deixar aqui a minha sugestão, para que na próxima o secretário comparecesse, principalmente o senhor Willian Harada, que é o responsável pela pasta, e que sempre está fugindo de todas as audiências. Queria deixar essa sugestão, para que nas outras audiências ele comparecesse, não só ele, como os outros secretários, como o Valdir colocou. Acho que cada um tem uma responsabilidade aqui com a população. Então, eles têm. Hoje, o que eu vejo aqui? Eles jogaram vocês aqui, como bois de piranha: "Vai lá, e resolvam a situação, vai lá que eles vão engolir vocês". Mas estou sendo bem popular, vocês me desculpem mas percebo que houve uma certa covardia do senhor Willian, do seu pessoal ter feito isso com vocês. Eu sei que vocês não têm culpa e que a gente não está aqui para condenar vocês, vocês estão apenas cumprindo ordens. Muito obrigado".* O **Senhor Presidente** franqueia a palavra a população para que possam fazer os questionamentos. *Começando pela senhora aqui. Respondendo aqui o questionamento, não sei se vocês do fundo ouviram. Ela fez o seguinte questionamento: Se o secretário é contratado, se a gente não pode fazer um tipo de sabatina ou alguma coisa, para saber se ele conhece. Aproveitando pra responder a pergunta, funciona assim: para o cargo de secretário, é um cargo de confiança, então o executivo escolhe o secretariado de acordo com a confiança que ele tem. Aí eu te digo uma coisa, minha mãe sempre me disse o seguinte: "Diga com quem andas e te direi quem és". Se ele anda ao lado de pessoas (e eu posso falar, pois está aqui ao meu lado o adjunto, que boa parte dos secretários adjuntos são técnicos, esses que realmente executam o trabalho, não são políticos), mas se boa parte do perfil político que anda ao lado dele tem esse tipo de conduta ou não conhece o que está fazendo, o que a gente pode esperar de uma administração dessa? Infelizmente não pode, é uma escolha política. Vou pedir que vá até a tribuna, por favor".* Com a palavra o **Senhor Osmar.** *"Eu queria saber se não tem como convocar o secretário ou o prefeito, por que vai passar o ano que falta, e se Deus quiser ele não vai se reeleger, fugindo, pois não é possível: todas as vezes que é convocado para prestar esclarecimentos, ou alguma coisa, ele foge. Foge secretário e foge prefeito, e a proposta ficará ao deus-dará. A gente nunca tem resposta concreta de nada".* Responde o **Senhor Presidente.** *"Osmar, essa eu também posso responder para você, nem vou deixar eles responderem pois talvez a instrução seja evasiva, mas vamos lá. A gente faz essa convocação, como já fizemos de diversos secretários aqui para prestar esclarecimentos, mas nenhum deles vieram, e o prefeito inclusive, na Lei Orgânica do Município, na primeira sessão, tem que vir a essa Casa de Leis prestar esclarecimentos sobre o planejamento dele, para aquele ano corrente, e ele não faz. Nós temos feito, quando formamos esse grupo de dez vereadores, é justamente para que*

nós construíssemos uma relação de respeito entre os poderes, o legislativo e o executivo, que nunca existiu. Então é esse o problema que a gente está tentando combater, pra que exista realmente a independência entre os poderes, para que a gente possa cobrar. Por que a concorrência, a cobrança, sempre é sadia, pra você fazer a outra parte trabalhar. Tanto é verdade, que a grande parte das coisas que está sendo feita, tampa buraco e alguma coisa na rua aí, só passou a ser feita a partir do momento que esses dez vereadores começaram a cobrar o senhor prefeito". Novamente o **Senhor Osmar** questiona. *"Secretário, só uma sugestão: Esses quatro milhões que foram gastos no gabinete, eles poderiam investir pelo menos na cultura e no esporte, por que a cultura e o esporte, estão na UTI. Em Itaquá, não existe mais cultura e esporte. A gente não tem esporte em Itaquá. Os campos estão se acabando todos. O campo do Brasil, que é perto da minha casa, quando dá vergonha, o que ele faz é passar cal naquilo lá. Então, que ele venha pelo menos dar a resposta à população, por que foram cento e quatro mil votos que ele teve. Que venha pelo menos falar que não vai fazer nada, pois daqui um ano ele vai pedir voto de novo, por que não é possível".* O **Senhor Presidente** responde. *"Osmar, na realidade, temos que atentar se existe algum planejamento em relação a isso dentro da LDO, por que hoje, basicamente o que eu entendi, é que eles não podem, ou na realidade não conhecem, para poder responder a esse tipo de pergunta. Mas vamos lá".* Com a palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"Boa noite Santiago, presidente desta comissão, nosso presidente Edson da Paiol, estender o cumprimento aos demais vereadores, meus amigos aqui da bancada, público presente, o nosso secretário Sérgio e o Adalberto. Que saia justa não é? Que difícil não é? Vocês são técnicos, e o público esperando resposta política. Aí não estamos chegando a um acordo. Eu cheguei aqui com muita dúvida e com certeza vou sair com mais dúvida ainda. As respostas aqui são políticas. Esse é o nosso anseio, mas vamos lá. Eu pontuei algumas coisas, e gostaria de saber. Eu não sei se o senhor vai poder responder. A dívida do nosso município gira em torno de quanto hoje? Se possível retroceder um pouquinho em 2008, por que corre nas mídias sociais, muito disse me disse. Eu gostaria dessas duas: 2008 qual era a dívida, e hoje, qual é a dívida do nosso município. Seria possível?".* O **Diretor de Finanças** responde. *"Nós fizemos uma audiência pública desse assunto a questão de quinze a vinte dias, e nós tínhamos ali colocado essa posição, eu não estou com ele aqui agora, mas se não me engano é R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões de reais) a dívida hoje em abril, em torno disso".* Com a palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"A dívida hoje do município gira em torno de quanto?".* Responde o **Diretor de Finanças.** *"R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões de reais), em torno disso, é que não estou com o resultado aqui agora".* Com a palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"E retroagindo a 2008, estaria em torno de quanto, mais ou menos?".* O **Diretor de Finanças** responde. *"2008?".* Com a palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"Isso,*

quando o atual prefeito assumiu? 2012, perdão, perdão. 2013, janeiro de 2013. Não precisa ser exato". Pela ordem se manifesta o **Vereador Armando Tavares dos Santos Neto.** *"Em 2013 quando o prefeito assumiu a prefeitura, a dívida era de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), deixada pelo prefeito anterior".* Responde o **Diretor de Finanças.** *"Se não me engano, era R$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais), e hoje está em R$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais)".* Com a palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"Ele me diz: R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), R$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais). É isso. Ok, só pra gente tentar sintonizar, como é número, acho que há expertise dos senhores nesse sentido. Eu pontuei aqui uma coisa, o seguinte: Na área da saúde, sabemos que tem vários postos de saúde que começaram as construções e estão paralisadas. No que vocês apresentaram para nós, existe anotado em algum local que vão ser reformados esses postos ou não? Por que eu não estou com essa planilha na mão. Existe previsão para terminar esses postos de saúde ou não? Essa é a pergunta específica da área da saúde: existe previsão ou não? Está previsto? Exatamente dos postos de saúde que estão paralisados".* O **Diretor de Finanças** responde. *"Previsão pelo menos de iniciar, de concluir não".* Com a palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"Na verdade, senhor Adalberto, iniciado já está. Minha pergunta é se existe previsão para término. Eu poderia falar especificamente do Jardim Zélia, começou, está lá o esqueleto e tem previsão? A resposta mais específica seria do secretário, mas eu queria saber se no relatório, que é bem simplificado, se tem alguma previsão ou não. Por que essa pergunta? Por que sou conselheiro de saúde agora também, e eu queria me inteirar um pouquinho mais. Não existe previsão nenhuma?".* O **Secretário Adjunto** responde. *"Têm as despesas genéricas para construção de unidades e reformas".* Com a palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"Então, estão previstas reformas e para terminar o que começou ou não?".* O **Secretário Adjunto** responde. *"Então, elas são genéricas, e eu não conseguiria aqui pontuar se seria, por exemplo, essa unidade que o senhor está acompanhando".* Pela ordem se manifesta a **Vereadora Adriana Aparecida Félix.** *"Magrão, o que o senhor está perguntando é sobre as unidades que estão dentro da atenção básica. O que o senhor está respondendo sobre a construção das unidades, é unidade de urgência e emergência, ou seja, UPA, 24 Horas, o CSI, pelo que eu analisei aqui, que pelo jeito é o CSI que o prefeito está prevendo pelo que eu entendi aqui. Eu acredito que seja isso, mas as unidades que já estão, e existe unidade que está com 97% concluídas, aqui na LDO, não conseguimos verificar. Então, a taxa de mortalidade infantil ele diz que vai diminuir, mas não tem essa questão do término das obras".* Com a palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"Ok. Agora vamos lá no programa 4012. Aí tem um fato meio curioso, muito curioso, diga-se de passagem. Na Secretaria Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar: estão previstos R$ 1.605.000,00 (um milhão, seiscentos e cinco mil reais), para gastar. Qual*

seria a ação? Eu explico o porquê da pergunta: Existe de direito a secretaria, mas de fato, não existe essa secretaria. Mesmo por que ela cuidava especificamente do Banco de Alimento. O Banco de Alimento está fechado faz muito tempo, inclusive o prédio onde é o banco de alimento, quem acabou de assumir, foi a Secretaria de educação, e vai ocupar aquele espaço para treinar os professores. Aí eu pergunto: se não existe de fato a Secretaria, vai gastar esse dinheiro onde, como, qual é a ação? Concorda? Eu fui lá hoje e tive a curiosidade de perguntar para o secretário que é o mesmo secretário do desenvolvimento econômico. Ele simplesmente falou: Não sei. Está é a resposta. Não é só ele, você vai direto em um secretário e o secretário não sabe, ele não tem como nos dar a resposta. Eles falam: isso não somos nós que fazemos, é a contabilidade que faz. Esta foi à resposta que eu recebi. São R$ 1.605.000,00 (um milhão, seiscentos e cinco mil reais), gastar como, se não tem o Banco de Alimentos, se não tem a secretaria de fato, existe de direito. Tem lá um adjunto, aí eu perguntei, consegui descobrir uma outra pergunta que fizeram, e vocês não conseguiram responder: todos os secretários adjuntos estão no gabinete do prefeito, por isso aqueles quatro milhões. Aí eu tive a curiosidade, fui pesquisar, e todos os secretários adjuntos estão no gabinete do prefeito. Por isso que está no gabinete do prefeito quatro milhões. Minha curiosidade é esta, e acho que vocês não vão conseguir responder também". Responde o **Secretário Adjunto** *"Neste caso, nós temos o Bom Prato, no Bom Prato o Município participa com uma contribuição, uma contra partida, então é uma atividade alimentar, que está dentro da secretaria".* Com a palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"Seria a contra partida do que está dentro do Bom Prato, só?".* Responde o **Secretário Adjunto** *"Só, só.* ***Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão):*** *Só para encerrar. Eu vou perguntar quantas alimentações, e ele não vai conseguir responder, e eu vou ter que checar no dia a dia como conselheiro, e esse é meu papel, e assim que eu souber estarei passando. Pra encerrar, (também sou conselheiro da secretaria de Desenvolvimento Econômico), tive a curiosidade de ir lá hoje também, e pedi uma prestação de contas. Não batem esses números aqui, é muito estranho. R$ 4.480.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta mil reais), esse é o total da verba para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que está morta faz um século, não tem atividade basicamente nenhuma. Se pegarmos esse valor e dividirmos por doze meses, vai dar trezentos setenta e três mil por mês. Sim, aí eu caio naquela: vocês não têm condições de saber como vai ser gasto isso aqui. É código 6007".* O **Secretário Adjunto** relata. *"Essa Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o senhor conhece bem a atividade do município, ela abriga alguns serviços que não são executados pelo município. Você tem o PROCON, você tem algumas outras, você tem o CEJUSC, e tem algumas outras, digamos assim, algumas atividades do estado. Então, com o que o Município entra? Entra com aluguel e algumas contra partidas de despesas. Eu não vou chegar exatamente no valor, que aqui tem também o pessoal da secretaria, e mais esse funcionamento como se fosse uma central de atendimento compartilhada".* Com a

palavra o **Senhor Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão).** *"Perfeito. Eu tive a curiosidade de pedir hoje, e ele me entregou. Não deu tempo de olhar por que são muitas folhas, e eu vou checar essa informação direitinho, para saber realmente o que se gasta naquela secretaria, e qual é a projeção de trabalho da secretaria para o ano de 2019. Chegou agora, ele fez uma prestação de contas de quatro meses. Eu vou checar essas informações direitinho, por que está muito estranho, esse valor está um pouco elevado pelo tipo de trabalho que a secretaria vem desenvolvendo no município. Basicamente, não desenvolve quase nada, o que temos lá, é uma contra partida do Governo do Estado, e assim por diante, mas o município em si, basicamente está paralisado. Porém, cai naquela história novamente, os senhores não têm condições, não estão na ação, estão nos números. E é muito estranho, muito estranho. Eu saio daqui com muita dúvida, eu achava que aqui nós iríamos ter mais resposta para o dia a dia. E não tenho grandes respostas. Voltando no caso da praça, se você pegar a praça: R$ 100.000,00 (cem mil reais), e dividir por doze meses, dá oito mil e pouco por mês, se dividir por dia, dá trezentos reais por dia o que vai gastar na praça. Estranho não é? Muita coisa estranha, porém os dois são técnicos, eles trabalham com receita e despesa. Agora como vai ser feito? Então eles estão em uma "saia justa". A "saia justa" deles termina hoje, agora a dos vereadores continua. Como os senhores vão equacionar esse problema, eu não saberia, não teria nem como dar uma sugestão. Por que ficou tudo "meia boca". Infelizmente é a palavra que eu encontro, está tudo "meia boca". É muito dinheiro mal aplicado. Era isso que deveríamos discutir um pouco mais. Aí eu vou na linha que a vereadora Adriana falou: tem que ser discutido nos bairros. Mas como discutir isso, como convencer um governo que já veio mal acostumado? Entendeu? Obrigado".* Com a palavra o **Senhor Luciano Dávila:** *"Boa noite, eu quero saudar aqui o presidente da comissão, o presidente da casa, o Adalberto, o Sérgio, ao público presente e aos demais vereadores. O que me chama a atenção perante a dimensão do município, quatro milhões e pouco, não é nada. Perante a situação dessa gestão, é muita coisa. Uma secretaria que não faz nada, não resolve nada, e você não tem acesso a nada. O Edson falou pra mim: você não faz nada. Eu não consigo fazer nada, se eu não tenho o apoio da Secretaria do Desenvolvimento, a Associação Comercial não pode fazer nada. Nós temos que caminhar em conjunto. Agora o que teria que fazer a Secretaria de Desenvolvimento Econômico? Ir atrás de empresas para se instalar em Itaquaquecetuba para gerar emprego nessa cidade. O povo sai de Itaquaquecetuba para trabalhar, e gasta mais tempo em condução, oito horas por dia, em piores condições do que trabalhando na cidade. Nós temos que trazer empresas, para gerar emprego para o povo dessa cidade. O povo precisa ter dignidade e emprego nessa cidade. E outra coisa, quero parabenizar o vereador David Neto pela questão da revogação da lei do protesto, muito bem, vocês estão de parabéns, foi quase unânime a aprovação disso, eu fico muito feliz com isso, por que o que acontece, (vou falar da questão empresarial), tem empresários hoje, que a primeira coisa que ele deixa*

de pagar, e o Sérgio sabe, são os tributos. E a primeira coisa que a administração faz é protestar o empresário, sendo que ele tem folha de pagamento, aluguel, e ele vai no banco, na instituição financeira buscar crédito e quando chega lá, aparece um protesto. Aí ele além de não cumprir com as obrigações municipais, estaduais e federais, ele começa a deixar seus funcionários, seus fornecedores e fechar as portas. Vocês estão de parabéns, e isso devia ser exemplo a nível nacional pela atitude de vocês. Eu agradeço a oportunidade e muito obrigado". Pela ordem se manifesta o **Vereador César Diniz de Souza.** *"Meu amigo Luciano, obrigado pelas palavras meu amigo Magrão. Infelizmente não temos como mexer na PPA que o prefeito apresentou em 2018 até 2021, porém, nós temos a LDO para ser votada na próxima sessão do dia 25 e você pode ter certeza, Luciano, Magrão e demais público presente que estão aqui nos prestigiando esta noite: Nós, os dez vereadores, vamos dar uma resposta à altura. Desse jeito não passa, e desse jeito não vai ficar. Viemos aqui para fazer a diferença. Obrigado pela presença dos senhores".* O **Senhor Presidente** comenta. *"Só complementando a sua fala, quanto à lei que nós aprovamos hoje revogando a questão do protesto, era uma das coisas que a população nos procuravam também. O intuito da LDO, de participar, de dar audiência, e dessa mesma forma agradecer a presença de todos, é justamente essa: fazer a população participar das decisões. E essa foi uma decisão solicitada por muitos munícipes. Por que realmente temos essa dificuldade. Temos que fazer o caminho inverso, temos que estimular o comércio na cidade e o empresariado para gerar mais emprego por que sabemos dos índices que vivenciamos hoje: um dos maiores índices de desemprego. Então se não estimularmos, matamos , por que o que a cidade faz hoje, é matar o empresariado, é matar o munícipe quando fazemos com que ele opte entre colocar a comida na mesa ou pagar o IPTU ou pagar o protesto. Então ele fica sem o nome por que ele é protestado, e a partir desse momento tudo começa a ficar pior ainda, por que até emprego hoje, para você arrumar, você tem que ter o nome limpo. Pois não Cida".* Com a palavra a **Senhora Aparecida Cardoso da Silva:** *"Primeiramente boa noite a todos. Mais uma vez que eu estou participando da parte de audiência e fico muito feliz em ver a população participando. Como conselheira em vários conselhos aqui do município, eu quero convidar todos a participarem das reuniões dos conselhos. Nós precisamos ser ouvidos dentro dos conselhos, então, dia vinte e sete, teremos a reunião do conselho da saúde. É a nossa voz, é através dos conselhos que nós conseguimos. Então, já aproveitando aqui para pedir à população, que participem de todos os conselhos. Nós temos vários dentro da cidade. Então vamos participar. O difícil é assim, vereador: quando você quer lutar pelo município, falam que você é de oposição. Nós não somos oposição, nós queremos ver o município funcionar e crescer. Então eu primeiramente parabenizo o que a Adriana colocou, e eu também acho que tem que colocar todas as questões de todo mundo e pedir que sejam respondidas, por que o que eu fico mais indignada, foi à hora que falou que isto aqui é genético. É genérico? Então quer dizer: para que estamos*

aqui somente para discutir os genéricos? Por que já veio assim. Ah! Já era assim. Sim, era mas não é para ser. Como nós tivemos nas outras audiências, e foi sempre nos mesmos formatos, essas novas, então já era para esta administração vir mais bem preparada. E também sou a favor, como ele colocou, que em setembro é onde vai ser aprovada a lei. Então antes de ser aprovada a lei, vamos entrar nos orçamentos participativos. Isso existe em vários municípios, são colocados todos os secretários, todos os secretários adjuntos, onde a população coloca o que precisa, para os secretários darem as respostas na hora, se dá ou se não dá. Lembram da audiência da saúde quando eu falei sobre o CAPS? Foi numa dessa que eu consegui o CAPS para Itaquá. Por que usei a tribuna e fiz o pedido para o município de Guarulhos e para o município de Itaquá. Então foi aí que a gente conseguiu. Então são essas formas de trabalho que é legal; é ouvir o povo. Vocês estão de parabéns por estarem aqui. Mas a sua área, como colocou, não é essa área que dá a explicação que o povo quer. E nós que estamos na rua, somos cobrados, quem é conselheiro, é cobrado. Eu também admirei quando veio a parte de alimentação. Secretaria da Alimentação, eu e o senhor Aparecido somos de lá há anos. Gente, nós não temos mais. As sessenta e sete entidades que recebiam alimentação, não recebem mais. Nosso município não dá mais alimentação pra ninguém em estado de vulnerabilidade. Tem o bom prato? Tem o Bom Prato, mas é a única coisa que temos. Aquelas entidades que distribuíam, hoje não tem mais. Antigamente tínhamos uma verba municipal que garantia que ia continuar. Hoje nós não temos, dependemos de outras verbas que não são dos municípios. Então por quê? Se já estão contando, por que não tem uma verba do município? Nós estamos falando de famílias que como um dia, ouviu um secretário de alimentação falar: o que é um pé de alface? O que é um pé de alface pra quem tem na sua mesa pra comer, por que pra quem não tem, ele vai saber o que é um pé de alface. E o que mais me admirou e que era um secretário de alimentação. Como à senhora disse, infelizmente são cargos de confiança. Mas como eu falo, se o secretário não tem uma qualificação, que pelo menos o adjunto tenha. Pra você ter uma boa profissão, você tem que ser qualificado, senão você não tem. Assim deveria ser toda a parte política certo? Eu sou a favor de uma Itaquá que eu adotei há anos atrás. Quando eu decidi morar aqui, foi pra ver isso aqui crescer. Então se a gente quer crescer, vamos mudar. Já propôs? Vamos jogar o questionamento pra próxima semana? Vamos entrar com os questionamentos? Quando for pra setembro, como o senhor falou que vai ser realmente a lei que vai ser discutida na íntegra. Vamos tentar antes fazer parte do orçamento participativo? Leva isso como sugestão para podermos chegar aqui e falar: eu estou me sentindo uma pessoa realmente respeitada. Por que hoje infelizmente como munícipe eu estou me sentindo totalmente desrespeitada. Muito obrigada". Com a palavra o **Senhor Tadeu.** *"Cumprimentando o público presente, poucas vezes vemos a participação da sociedade, o que dá para gente um prazer muito grande. Cumprimento os vereadores, nossos companheiros, os dois servidores. Não é fácil ser servidor, já passei por "frias"*

como essa, nesses momentos. Aliás, se a prefeitura funciona, isso se deve aos profissionais que nos temos de carreira na prefeitura. Por que há sete anos, desmontaram tudo e até agora não conseguiram engrenar. Só está salvo, graças aos nossos servidores, nossos companheiros. Eu tenho orgulho de ter os companheiros que eu tenho na prefeitura, embora eu já seja aposentado. Companheiro, eu tenho uma dúvida: aliás, três, mas a mais importante pra mim, é a questão da moradia. O Vereador David, que é do ramo, nós militamos nessa área, já levantou alguns problemas mas eu tenho uma dúvida: dos R$ 2.340.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta mil reais), da Secretaria da Habitação, R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), é para construir quarenta unidades. Todos nós sabemos, que o metro de construção de uma casa popular, não é com mármore, não é com nada, está hoje em torno de R$ 2.000,00 (dois mil reais), esse é o metro quadrado de uma construção. Em Itaquá, até por causa dessa bolha de valorização da terra, de quando existia Minha Casa Minha Vida e CDHU, que vai ser fechada, vai acabar a CDHU, subiu o valor da terra. Hoje, mesmo nas divisas dos municípios não conseguimos comprar nenhum lote por menos de trinta mil reais. Ninguém vende por trinta mil. Seria o preço da terra em torno de doze mil, em infraestrutura em torno de dezessete. Isso é o que praticamos na nossa organização em loteamento regularizado. Como uma casa que normalmente em nossos programas habitacionais, em torno de quarenta metros quadrados, isso custaria em torno de oitenta mil reais, vamos supor que o acabamento não seja aquela maravilha, seja no bloco a vista, como eu já vi por aí, isso não ficaria por menos de mil reais o metro. Com o terreno, essa casa vai pra cento e dez mil reais. Com oitocentos e quarenta mil reais eu construo no máximo, 7,6, vamos arredondar, oito, vamos cair o acabamento, vamos dobrar pra quinze. Se eu quiser melhorar o índice de vinte e oito para vinte e cinco, eu teria que construir no mínimo 534 (quinhentas e trinta e quatro). Não entendi uma coisa, o que está errado? É o número de unidades, ou é o valor? O valor nós já vimos que não é, por que o orçamento máximo da secretaria é dois trezentos e quarenta, dois e quinhentos, na manutenção da estrutura e oitocentos e pouco. Então, alguma coisa está errada. Não dá construir quarenta unidades a vinte mil reais, se só a terra custa trinta no mínimo. Claro, a prefeitura pode ter a área, não sei se tem, e pode utilizar. Mas o serviço de urbanização, ficaria no mínimo em dezoito mil reais por unidade. Nós sabemos o quanto fica isso. O que está acontecendo? É o número de unidades que está errado... aí vem a questão do orçamento participativo, que talvez seja o caso de fazermos o orçamento participativo, por que sinceramente, construir oito casas, sete oito casas, não vai acabar a nossa demanda de sete mil e oitocentas, que é a demanda do município hoje, segundo o que é de domínio dentro da prefeitura. Eu acho que seria melhor falarmos que não temos condições de fazer, ou então guardar para um caso de emergência, de uma calamidade, que tenha que construir alguma casa emergencial, aí pode ser até útil, mas dizer que é um plano habitacional, que vai reduzir o índice? É no mínimo estranho. Desculpe-me

companheiro, eu sei que o servidor tem essas frias de vez em quando. Segundo: Em 2019, nós gastamos mais que se previa em coleta de lixo, limpeza pública, do que está previsto em 2020. O que vai acontecer: nós vamos reduzir o trabalho, piorar a qualidade desse trabalho, ou não sei o que vamos fazer, se o nosso orçamento, nossa previsão para 2020 é menor do que estamos gastando nesse ano. Alguma coisa aí também está em dúvida. Está bom, está bom já falaram, o Magrão já falou. É essa a minha dúvida, obrigado". Responde o **Secretário Adjunto** *"Essa questão da habitação, como eu tinha informado, o município diretamente não executa a construção. Essas são as despesas para dar suporte, provavelmente CDHU ou algum outro órgão estadual que faça a incorporação. Então, eu não tenho os detalhes pra provar: esse valor é por esse motivo. Mas diretamente, o município não faz o programa habitacional de construção. Com relação à questão do lixo, você tem um contrato em que ele faz alguns serviços, faz varrição, capinação e tudo é encolher, por conta da sua receita, da sua possibilidade. Então tem muita coisa que se desejaria fazer mais, mas o município é obrigado a encolher em algum lugar. Então, o orçamento para ter a sua condição, algumas coisas vão ter que encolher. E aí, essa situação de serviços adicionais. Por exemplo, o senhor falou da coleta de lixo, isso não dá pra reduzir, a coleta. Mas os serviços que são complementares, coleta de entulho e algumas varrições, isso pode não ter ordem de serviço, e tentar reduzir a despesa do município nesse serviço".* Com a palavra o **Senhor Tadeu.** *"Explica mais tecnicamente para aprovar uma LDO, não justifica. Na questão da habitação pode ser uma questão de gestão, desculpe a minha modéstia, tinha que não colocar construção de unidades, como está colocado. Colocar como apoio a programas habitacionais. E não vai ser fácil. Minha Casa Minha Vida acabou, a CDHU está desmontada, vai fechar. A Casa Paulista está em dúvida, como fica, aí o David tem até mais informação que eu, então nós não sabemos, talvez tenha que mudar essa nomenclatura aí, de construção de unidades, por que não se constrói, ou então deixar reservada para um caso de emergência, caso de uma calamidade ou qualquer coisa. Até sou favorável, se dependesse de mim eu acho que deveria deixar isso. Mas colocar que vai reduzir o índice, aí não, não é? Aí não tem cabimento. Obrigado".* Pela ordem se manifesta o **Vereador David Ribeiro da Silva.** *"Me deixeeu fazer uma colocação rapidinho, senhor presidente? Na questão do segundo semestre, a partir do dia quinze, dia vinte de julho, está para sair,(estou falando por que o deputado Alex Manente faz parte da comissão de habitação), está para sair o novo programa da Minha Casa Minha Vida, que eles estarão modulando não só na questão da casa, mas terão alguns anos vinculados como aluguel social, para que a pessoa não venda imediatamente. Por que o que acontece hoje é que a pessoa pega a casa e já vende, com um dois anos já vende a moradia. Então agora no mês de julho, segundo informações que eu tenho lá de Brasília, eles estarão colocando a questão da Minha Casa Minha Vida, e reformulando a nomenclatura do nome, não será mais Minha Casa Minha Vida, e será alinhado com*

o CDHU, isso eles combinaram com o João Dória. Então no mês de julho está para ter essa proposta aí de novas habitações, mas está tudo vinculado, segundo informações que nós temos, está tudo vinculado à aprovação da previdência". Com a palavra o **Senhor Tadeu.** *"Só uma observação, isto aí, é o retorno do antigo PAR, que foi um fracasso no Brasil inteiro. Não tem nada com a gente, mas o novo governo começa a querer inventar a roda, como o Mamoru tentou inventar na prefeitura. Ele está lançando um programa que já acabou e não deu certo no Brasil. Isso não tem como dar certo. Nós vimos aqui em Itaquá, na pedreira, os anos que ficaram desocupados e até hoje não resolveram aquele problema, o abençoado PAR. Programa de arrendamento não sei o que lá. Mas fazer o que. Este é outro governo, que a gente espera tudo".* Com a palavra o **Senhor Matheus.** *"Boa noite a todos os presentes, aos vereadores e a toda a população. Primeiramente, secretário, eu gostaria de pedir para o senhor expor para a população aqui presente, qual a função do senhor no governo, por que acredito que não só pra mim, mas para todas as pessoas que estão aqui, não sabem qual a sua função exata, por que todas as perguntas que são feitas para o senhor, não são da sua alçada, por que já foi comentado aqui que os secretários não vieram. Essa é a primeira colocação. A segunda colocação senhor secretário, não há dúvida que esses números vão pra mão do senhor, correto? Como o senhor recebe algo sem analisar? Por que se você pega os números e são números tão altos, números tão expressivos. Você não pode pegar simplesmente um número e achar que por que entregaram "x" ou "y" e guardar, pelo menos a meu ver. Pode me colocar essa situação também, por favor?"* O **Secretário Adjunto** responde. *"A minha função, a gente fala aqui: secretário, mas eu não sou secretário, sou secretário adjunto de finanças, e trabalho com o técnico Adalberto, e a gente faz a parte da escrituração contábil, o acompanhamento das funções da secretaria. É uma atividade meio, de suporte, para que a gente cumpra a legislação que é a parte contábil, a parte de documentação para o tribunal de contas. Então a gente está em uma atividade vamos dizer assim, puramente administrativa, de cumprir requisitos. Com relação aos dados, como cada profissional, por exemplo, uma parte técnica de habitação. Tem um profissional da habitação, muito qualificado que eu nesse assunto, na educação, na saúde. Então, eles são, como foi colocado aqui, os representantes daquela área para buscar as demandas, estudar o assunto e apresentar, para que nós façamos o encaminhamento. Então, por exemplo, tem a comissão especializada em saúde, qualquer coisa que eu disser de saúde, eles vão complementar, por que eles são profissionais. Então, tem algumas informações que chegam com dados dos técnicos".* Com a palavra o **Senhor Matheus.** *"Certo, mas aí, eu fico com uma dúvida também, que o nobre colega ali comentou da seguinte situação: Quando vem pra cá, fala que tem que ir pra lá, quando vai pra lá, fala que tem que vir pra cá, vamos ficar num bate bola, e a população fica sempre sem entender. Eu entendo que essa sessão foi feita pra esclarecer dúvidas, e eu acredito que a maioria da população que veio aqui, voltou com mais dúvidas pra casa, do que*

quando veio pra cá. Então, eu não consigo entender como funciona essa audiência". Responde o **Secretário Adjunto.** *"A proposta a apresentar à comissão, foi apresentar os dados já colhidos pela operação, como chamamos, operação da saúde, da educação. Então, eu sinto a indignação que o rapaz está sentindo, por fazer uma pergunta, mas uma pergunta que está sendo direcionada para a administração, mas através de técnico de outra área. É o que a gente sente. quando liga pra Vivo, e você não consegue chegar. Então, ficou uma coisa assim meio improdutivo, pelo anseio de vocês. Talvez, o que foi, vamos dizer assim: vocês querem várias respostas. Eu tenho cinco perguntas, mas as perguntas não foram esclarecidas por que nós não estávamos preparados por que não temos a informação, e como você colocou, deveria ser o secretário a dizer: Eu consegui isso, não vou conseguir isso. Por quê? Aí, ele vai ter a convicção, e acho que isso causou um desgaste desnecessário, tanto pra vocês, mas como a comissão está propondo fazer uma coleta disso, para que isso não fique no vazio".* Com a palavra o **Senhor Matheus.** *"Permita fazer uma colocação antes de terminar: O senhor falou que não estava preparado, mas eu me lembro, que quando eu estudava, que eu ia apresentar um trabalho, eu estudava antes, pra fazer uma apresentação, como o senhor me traz um trabalho pra fazer apresentação aqui, e o senhor não tem noção do que está falando? Você não acha que fica meio errado o senhor vir aqui apresentar coisas que nem o senhor mesmo sabe?".* Responde o **Secretário Adjunto.** *"O que nós viemos apresentar, está na pauta. Por respeito a todos os anseios, nós começamos a dar informações, pela experiência de: a habitação é isso, o Bom Prato é aquilo. Mas é aquela coisa, eu não estou fazendo digamos assim um conhecimentos gerais, por exemplo. Nós estamos focados em uma audiência que tem uma formatação. Até eu peço desculpas mais uma vez a todos que vêm com esse anseio, mas é aquela coisa. Vou te perguntar de futebol: eu não sou da área, mas isso todo mundo sabe, um exemplo. E tem algumas coisas técnicas, que a gente vivencia, mas de longe. Então a gente não deixou de estudar o nosso trabalho, é que é a pauta, naturalmente que vocês têm a necessidade, ela foi um pouquinho fora, e os elementos, por exemplo despesa do ano passado, nós não temos esses elementos, por que o foco era esse. Eu sei que é insatisfação, mas eu tento te explicar com um material resumido para essa apresentação".* Com a palavra o **Senhor Leandro.** *"Primeiramente a todos, boa noite aos vereadores e aos secretários. Gostaria de fazer uma pergunta, mas primeiro, antes da pergunta eu queria dizer que é uma falta de respeito com os munícipes e com os vereadores os secretários não vierem aqui hoje. Só pra lembrar, que os salário deles, são pagos com o dinheiro dos nossos impostos. Então, eles são nossos funcionários também. Outra coisa que eu queria falar é o seguinte: Vocês falaram que 95% da merenda é aprovada. Eu queria saber onde é aprovada, onde foi feita essa pesquisa? Se essa pesquisa foi feita em escola particular, por que nas públicas não são, a não ser que vocês estão falando, é que a merenda que as crianças tomam é bolacha da Maizena, e o suco é Tang. Pra melhorar pra 97%, é que o suco vai ser Maguari. Eu*

queria saber de onde vocês tiraram essa questão de vocês aí. E outra coisa, R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) para o transporte público. Vocês vão dar patinetes pra todo mundo? São quase 500.000 habitantes em Itaquá, será que em Itaquá cada um terá direito a um patinete, por que ônibus a gente não tem, é o pior da região o transporte público de Itaquá. Por favor, responda". O **Secretário Adjunto** responde. *"Essa questão anterior, da qualidade da merenda, como eu expliquei para o vereador, eu não tenho a informação. Será que é o município, ou como disse o vereador que pegou outro município como referência? Eu não tenho informação, que é da parte da operação, e esse material vem da secretaria, ou são as suas expectativas, e como os vereadores fazer uma demanda que pode ser levada e ser respondida: opa isso aqui foi um engano, não, isso está certo, e detalhar esse assunto nessa questão da merenda. Do transporte, a questão dos ônibus, o que é prestado, a gente vê que tem uma demanda grande, e é uma concessão, foi feita uma concessão. Tem uma concessão em andamento, se não me engano. É um edital que vai ter uma concessão, e que se busca melhorar isso. Eu também não posso dizer onde está bom, e onde está ruim.* Com a palavra o **Senhor Leandro.** *"Se a prefeitura sabia que ia encerrar no final do ano passado a licitação, ficou uma ano pra fazer uma nova licitação, e não fez, o que a gente pode esperar da prefeitura?".* O **Secretário Adjunto** responde. *"Mais uma vez eu vou dizer: a área técnica, por que não fez a licitação? De repente, tem uma resposta que você fala: não".* Com a palavra o **Senhor Leandro.** *"A resposta que pode ter é que não trabalharam".* Com a palavra o **Senhor Heleno.** *"O Sérgio, deixa eu falar pra ele".* Responde o **Secretário Adjunto.** *"Pois não".* Com a palavra o **Senhor Heleno.** *"Esses dezesseis milhões, não se refere ao transporte. Esse dezesseis milhões, se referem ao funcionamento da Secretaria de Transportes. É pra pagar os funcionários, fazer a manutenção dos semáforos, pra fazer as pinturas de rua. Aqui não se trata de transporte público. Aqui está se tratando do funcionamento da Secretaria, só pra complementar para o secretário. O transporte público, ele é tratado em uma concessão. Durante a campanha, o prefeito propôs fazer as audiências públicas com a população, e dela escolher, e colocar duas empresas no município, para funcionamento, para que nós assim tenhamos a qualidade nos transportes como nós todos esperamos. Mas esse que está aqui no orçamento, não se refere ao transporte público. É simplesmente a manutenção da Secretaria dos Transportes".* Com a palavra o **Senhor Leandro.** *"Então, na verdade os dezesseis milhões é para pintar rua e colocar semáforo".* O **Secretário Adjunto** responde. *"Eu ia chegar nisso. O que você falou do transporte público, não é tratado pelo município. O que tem a secretaria? Tem vias públicas, tem pátio de veículo apreendido, e tem muitas despesas, eu falei da outra vez aqui. A prefeitura tem que pagar aluguel de cartório eleitoral, tem que pagar outros serviços que são do Estado, que são coisas que não são apresentadas diretamente a vocês. Não, mas cadê o meu dinheiro? Tem coisas que não chegam".* Com a palavra o **Senhor Leandro.** *"Então, pra que tanto aluguel, se a prefeitura tem terrenos, e tem condições*

de estar fazendo". Responde o **Secretário Adjunto.** *"Essa avaliação do serviço, eu falar do pátio que é algo que eu possa talvez dar uma informação. O pátio é uma exigência, por que tem uma apreensão e tem que ter o pátio com segurança. Então, tem algumas questões que o município talvez pela sua capacidade... hoje os municípios não têm mais condições de tocar todas as suas responsabilidades. Então, o pátio é uma coisa muito complicada, bem como o transporte. Então acontece que você tem que contratar um serviço para atender o que? Não é o seu carro que está sendo atendido, eu entendo, mas é uma despesa que o município tem que custear. Tem outras despesas: aluguéis de bases da polícia, do bombeiro, e são coisas que já foram".* Com a palavra o **Senhor Leandro.** *"Na verdade, é tudo aluguel, tudo é pago para os outros. A Prefeitura não tem nenhum terreno pra construir um prédio para continuar trabalhando".* Responde o **Secretário Adjunto.** *"Você tem a questão aqui, por exemplo, existe a divisão técnica aqui, eu vou falar, mas você deve conhecer. O custeio, e a parte de investimento. A parte de investimento, o que seria: a desapropriação judicial, se não tem o terreno, e depois uma construção. Então o que existe: tem uma necessidade imediata de determinada coisa. Tem um aluguel, e tem um prédio exatamente como você precisa. Então às vezes a opção pode ser questionada".* Com a palavra o **Senhor Leandro.** *"Nós crescemos sabendo que quem paga aluguel joga dinheiro fora, então eu falo o seguinte pra você: vale mais a pena você pegar um terreno da prefeitura, você construir um prédio, e lá colocar as secretarias para trabalharem do que gastar o dinheiro todinho em aluguéis. Você gasta milhões por ano, e está lá o terreno parado lá".* O **Secretário Adjunto** responde. *"Realmente eu entendo esse seu raciocínio, e de repente seria o início, de começar. Vamos diminuir, ou vamos mudar".* Com a palavra o **Senhor Leandro.** *"No caso já aumentou não é? Por que eu leio no Diário Oficial que vocês alugaram mais um prédio para a tesouraria. Está no Diário Oficial, depois o senhor dá uma lida lá.* O **Secretário Adjunto** argumenta. *"Tesouraria, acho que não".* Questiona o **Senhor Leandro.** *"É para tributos essas coisas, dívida".* Comenta o **Secretário Adjunto.** *"Ah, ta, dívida ativa".* O **Senhor Leandro** afirma. *"Isso então, está vendo, é sinal que é mais R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), por mês que vai ser pago de aluguel, sendo que esse dinheiro poderia ser investido em outros lugares. Muito obrigado".* Com a palavra o **Senhor Eduardo.** *"Boa noite a todos, boa noite aos vereadores e aos convidados e a todo mundo. Queria parabenizar a população por vir aqui se preocupar com o município. Minha pergunta, já que a gente não está discutindo a parte técnica, a parte política. Queria fazer uma pergunta a nível técnico, sobre a dívida pública do município. A gente vê que a dívida pública cresceu de forma exponencial. A nível técnico, a nível de finanças, o que causou esse aumento exponencial na dívida pública, por que somos todos nós que vamos ter que pagar isso. O prefeito vai finalizar o mandato, basicamente ele abre mão da responsabilidade disso, somos nós, são nossos filhos, nossos parentes, todos os munícipes vão ter que pagar esse ônus de alguma forma. Gostaria de saber dos*

senhores, o que causou a nível técnico, esse aumento da dívida pública e o que a prefeitura está fazendo para diminuir essa dívida? Como a prefeitura está se relacionando e trabalhando para reduzir essa dívida pública?" Responde o **Secretário Adjunto.** *"Inicialmente a dívida, ela só não aumentou em quantidade, por que todos os índices inflacionários, a tabela do tribunal de justiça, os precatórios, isso é quase que você entrar no cheque especial: "eram mil reais, hoje eu não consigo pagar". Então, é uma coisa difícil, que vem de algum tempo, não vou questionar nenhuma situação ou outra. Vem de algum tempo, e a dívida você vai pagando e acontece muito. Você faz amortização, e aí você olha no próximo, mas está maior. Por que a economia tem juros, e isso tudo vai dificultando você fazer um parcelamento direto: Tipo vou fazer em dez vezes e vou concluir. Nós concluímos algumas coisas pequenas, mas vão acontecendo e outras que aparecem. No momento, eu posso te dar esse exemplo: Veio uma devolução de um recurso de um ministério, coisa de 1996, 1997 e 1998. Então, o que ocorre? Às vezes tem demandas que estão na justiça, em algum lugar, que acabam chegando, e você imediatamente não consegue quitar e é mais um que vai para um parcelamento. Então, tem muitas coisas, ainda mais agora. Todos os órgãos do governo estadual, federal trabalharam para receita, não sei se vocês têm sentido. A receita federal multando as pequenas coisas, procurando aquilo que já estava sanado. Então, aumentou o poder fiscal contra o Município, e aí nós temos: multa da CETESB, coisa antiga que estava em demanda. Então é uma coisa que não é só ação direta do governo assim está largado. A peça orçamentária, ela está de uma forma superavitária. Você tem uma receita, e você tem uma despesa um pouco menor, que é para poder não só executar, mas você também tentar sanear. Eu disse tentar sanear, por que como a demanda dos serviços é grande, às vezes se sacrifica alguma coisa aqui, para poder fazer outra coisa. Eu não sei estou indo numa linha que esclareceu".* Com a palavra o **Senhor Eduardo:** *"Esclareceu, muito obrigado".* Pela ordem se manifesta a **Vereadora Adriana Aparecida Félix.** *"Primeiramente, quero agradecer ao secretário adjunto, senhor Sérgio, o diretor senhor Adalberto e dizer nesses dias eles vem me recebendo praticamente todos os dias, pra tentar tirar algumas dúvidas. Por que o que acontece: o projeto de lei que está aqui na casa, com certeza terá algumas alterações, e para gente fazer isso, tivemos que questionar. Inclusive, senhor Adalberto, olhando aqui no Projeto de Lei, no artigo segundo, capitulo dois das metas e prioridades da Administração Municipal, artigo segundo, ele diz: As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2020 são especificadas no anexo de metas e prioridades, integrantes desta lei, as quais têm procedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa. Parágrafo único: As metas e prioridades de que trata este artigo, poderão ser consideradas modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária e pelos créditos adicionais abertos pelo executivo. Então, só para ver se eu entendi. A questão das metas e prioridades, onde a gente está discutindo aqui, desde quando*

começou, podem ser alteradas posteriormente?". O **Diretor de Finanças** responde. *"Exatamente o que eu estou tentando falar desde o começo, que a LDO é uma peça de planejamento, porém, a execução se dará na Lei Orçamentária. E essa meta toda, esses valores, eles podem ser alterados. A Lei Orçamentária, tem o poder de alterar essas disposições que estão na LDO. É assim que está colocada a nossa lei"*. Pela ordem se manifesta a **Vereadora Adriana Aparecida Félix.** *"Como hoje, os questionamentos foram praticamente todos baseados nas metas e prioridades. Então é isso que eu achei importante, todos os nossos questionamentos serão encaminhados, senhor presidente, à prefeitura e a prefeitura irá encaminhar as respostas para nós, e aí posteriormente poderemos fazer essas alterações dos anexos e prioridades"*. Responde o **Diretor de Finanças.** *"Exatamente, ou a gente faz uma alteração se achar necessário neste momento, pois é um projeto, e alteramos o projeto, ou esperamos fazer as devidas alterações na Lei orçamentária, o que eu acho que seria mais cômodo, mais tranquilo para trabalharmos. Mas aí, depende do que vocês acharem mais conveniente"*. Comenta a **Vereadora Adriana Aparecida Félix.** *"É, por que nós temos até trinta de junho, pra estar votando este projeto de lei. Se caso não votarmos, não poderemos ter o recesso. Essa lei, tem que ser votada até que tenha o recesso, e também para que o Município possa concluir a questão da LDO, não é isso?"*. O **Diretor de Finanças** relata. *"Inclusive, algumas das ações que aí estão, se achar que elas são desnecessárias, elas podem até serem suprimidas, pode-se até criar alguma ação que seja necessária dentro do programa. Nada disso é difícil de fazer. O momento que pode ser mais conveniente, é na Lei Orçamentária, pra tratar desses assuntos, ou mais dificultoso fazer agora que já está definido, e seria preciso fazer uma versão nova desse projeto"*.A **Vereadora Adriana Aparecida Félix** esclarece. *"Então, na verdade, como nós já estamos em cima da hora, na audiência, até pra que a população não saia descontente, então, nós podemos posteriormente, claro, e a comissão vai até o final do ano. A comissão fica à disposição, e a gente começa a pensar nessas alterações dos anexos e metas, por que a gente também não pode, senão depois o prefeito vai entender: os vereadores não votaram a LDO, e eu não posso trabalhar. Isso é praxe, então, tem que fazer. Toma-se o cuidado em alterar algumas emendas no projeto de lei, e os anexos e prioridades, os quais estamos questionando, fazemos posteriormente, juntamente, podemos até combinar novas audiências, para que a gente possa montar algumas alterações. Acho que essas novas audiências, podem até serem chamadas, pré audiências da LOA, que são da Lei Orçamentária, que em setembro teremos que votar. Pelos menos, quando for em setembro, já ganhamos tempo e já discutimos bastante o assunto. Então, quero agradecer, e pedir desculpas por alguma coisa, mas eu não entendi, por que a função do secretário é política e técnica. A do adjunto, eu entendo que ele é um pouco mais técnico, que é o que acontece aqui com o senhor Sérgio. Então, se o secretário Willian tivesse vindo, talvez a parte política, ele poderia estar respondendo os questionamentos, por que a parte política é o que o prefeito está*

desejando para o município, e ele talvez como secretário, poderia responder. Muito obrigada, boa noite a todos". Pela ordem se manifesta o **Vereador Edson Rodrigues.** *"Boa noite secretário, boa noite vereadores e público presente. Eu ia fazer umas perguntas, mas devido o tempo, acabei não fazendo. Mas é de supra importância, que todos saibam, que segundo o artigo 57 da constituição federal, nós temos que votar esta LDO, como a vereadora Adriana mencionou, até terça feira. Então, vou pedir para os colegas vereadores, verem os questionamentos que têm, e amanhã à tarde, nós vereadores sentamos, e se houver alguma modificação, faremos nesse primeiro momento, por que precisamos votar na terça feira, isso não pode passar, por que se não votar na terça feira, o prefeito vai falar que a culpa é nossa. Vai falar que não está fazendo nada por que nós travamos a LDO aqui. Isso eu não quero que ocorra. Na terça feira nós faremos as mudanças que são necessárias. Está bom senhor Alberto? Colocamos em votação e no decorrer, e até o final do ano, nós tentamos marcar essas pré-audiências, para chegarmos em um consenso no final do ano, quando votarmos a LO4, votar uma LOA mais estruturada. Eu tenho certeza que algum munícipe presente, está pensando: "nossa, os vereadores acordaram agora". Realmente, eu acho que a maioria dos dez aqui, são marinheiros de primeira viagem, é o primeiro mandato, e infelizmente, no primeiro ano, a gente pecou muito, pecou por falta de conhecimento mesmo. Mas nós nos redimimos, fomos buscar conhecimentos, de conhecer referente ao poder legislativo, e por isso, essa discussão é uma discussão sadia. Acho que é uma discussão válida, que é para o bem do nosso município. Eu tenho certeza, que se isso continuar se mantendo ao longo dos anos, eu tenho fé que daqui dez anos, nós vamos mudar esse município, nós teremos orgulho de morarmos em Itaquá. Muito obrigado a todos e passo a fala para o presidente".* Não havendo mais questionamentos, essa **Presidência** declara encerrada a presente Audiência.

Vereador Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereadora Adriana Aparecida Félix
Membro da Com. de Finanças e Orçamento

Ver. Armando Tavares dos Santos Neto
Membro da Com. de Finanças e Orçamento

Sérgio Ruiz Armiliato
Secretário Municipal Adjunto

Adalberto Aparecido B. de Souza
Diretor de Dep. de Adm. Financeira